



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAUL VICTOR BARBOSA DOS SANTOS

**GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE E FUNDAMENTALISMO
ISLÂMICO: ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DA
REVOLUÇÃO IRANIANA 1979**

JOÃO PESSOA- PB
2012

RAUL VICTOR BARBOSA DOS SANTOS

**GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADE E FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO:
ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DA REVOLUÇÃO
IRANIANA 1979**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de graduado.

Orientador: Prof. Dr. Julio César Cabrera Medina

JOÃO PESSOA – PB
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

S237g Santos, Raul Victor Barbosa dos.

Globalização, identidade e fundamentalismo islâmico: elementos de construção ideológica da revolução iraniana 1979. / Raul Victor Barbosa dos Santos. – João Pessoa, 2012.

55f..il.: Color

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Relações Internacionais, 2011.

“Orientação: Prof^º. Dr. Julio César Cabrera Medina, Curso de Relações Internacionais”.

1. Relações internacionais. 2. Revolução Iraniana. 3. Islã. 4. Globalização. 5. Identidade Cultural. 6. Fundamentalismo religioso. I. Título.

21. ed. CDD 327



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FOLHA DE DEFESA COM OS MEMBROS DA BANCA

ALUNO(A): RAUL VICTOR BARBOSA DOS SANTOS
MATRÍCULA: 072521392

**Globalização, Identidade e Fundamentalismo Islâmico:
Elementos de construção ideológica da Revolução Iraniana 1979**

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Professor(a) Julio César Cabrera Medina (Orientador(a)) - UEPB

Professor(a) Ana Paula Maielo Silva - UEPB

Professor(a) Maria Lúcia Abaurre Gnerre - UFPB

João Pessoa, 05 de julho de 2012.

DEDICATÓRIA

A todos os estudantes que batalham fortemente no dia-a-dia para vencer as adversidades da vida e conseguir concluir esta etapa tão difícil que é a graduação. Como também aqueles que saem de suas casas em outras cidades, da sua zona de conforto, para tentarem vencer na vida.

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Julio César Cabrera Medina, pelo apoio, paciência e orientação ao longo desta produção, servindo como além de professor, exemplo e amigo nos momentos de dificuldade.

As professoras da banca examinadora Dra Ana Paula Maielo da Silva e Dra Maria Lucia Abaurre Gnerrer, pela presença neste momento importante de minha vida e por contribuir na melhoria de minha produção acadêmica

Aos professores do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UEPB, instituição que com muito orgulho fiz parte, onde não foram só transmissores do conhecimento, mas também como inspiradores para uma carreira de sucesso na vida profissional e amigos.

Aos funcionários desta instituição que ajudam o alunado ao longo de toda a vida acadêmica, trazendo soluções e facilidades durante esta trajetória.

Ao Grande Arquiteto do Universo que nos iluminou nesta caminhada.

Aos meus pais Edmilson Santos e Ana Silvia B. Santos, pelo apoio e sustento durante esta trajetória educacional.

As minhas tias Walkyria Torres e Ana Valéria, pela contribuição moral e oportunidades oferecidas do descobrimento do desconhecido.

Aos meus amigos e colegas de ambas as turmas que participei pelos momentos partilhados e contribuição em sala de aula, como Luis Eduardo, Matheus Guimarães e Denise de Oliveira.

E principalmente a minha Esposa, companheira e amiga Sanny Tavares Bastos o qual com paciência, ensinamentos e conselhos ajudou-me com indicações dos passos a seguir na vida acadêmica e na real.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a Revolução Iraniana, ocorrida em 1979, à luz da influência dos pressupostos construtivistas, na construção ideológica revolucionária da sociedade iraniana pré-revolução de 1979. Para embasar nossos argumentos, apresentaremos três elementos causais determinantes para a consolidação dos ideais revolucionários: A religião islâmica como agente construtor social e político; a globalização e a ocidentalização como fenômenos causadores da fragilidade da identidade iraniana e o fundamentalismo religioso como agente unificador da identidade xiita e fundamental para a consolidação do movimento revolucionário.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais. Revolução Iraniana. Islã. Globalização. Identidade Cultural. Fundamentalismo religioso.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the Iranian Revolution, which occurred in 1979 in the light of the influence of constructivist assumptions, based in the ideological construction of the revolutionary Iranian society pre-1979 revolution. To support our arguments, we present three causal elements essentials for the consolidation of the revolutionary ideals: The Islamic religion as a social and political agent builder, globalization and Westernization as phenomena that cause weakness of Iranian identity and religious fundamentalism as a unifying agent of Shiite identity and fundamental for the consolidation of the revolutionary movement.

KEY WORDS: International Relation. Iranian Revolution. Islam. Globalization. Cultural Identity. Religious Fundamentalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Irã e região.....	32
--------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diferença entre Sunismo e Xiismo.....	34
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E A APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS CAUSAIS PARA A REVOLUÇÃO IRANIANA.....	16
1.1 – O Construtivismo como base teórica do trabalho e a religião como elemento construtor social.....	16
1.2 – Globalização e Identidade cultural; variáveis fundamentais para a construção ideológica revolucionária	21
1.3 – O Fundamentalismo Islâmico; Fenômeno unificador da sociedade iraniana.....	27
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DA REVOLUÇÃO IRANIANA SOB A ÓTICA CONSTRUTIVISTA E AS VÁRIAVEIS CAUSAIS	32
2.1 - O uso do Islã na construção de uma ideologia política	33
2.2 – A Globalização e Identidade Cultural sob a ótica da revolução iraniana.....	39
2.3- O fundamentalismo islâmico na consolidação da Revolução Iraniana.	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

O século XX foi de extrema importância para o rumo da história contemporânea mundial. Vivenciamos momentos de incertezas e transições de padrões sociais e políticos dos blocos de países capitalistas, socialistas e não alinhados. As formas de dominação imperialista deixaram marcas significativas nos Estados colonizados em todo o mundo, em especial no Oriente Médio. O Irã assumiu um papel relevante para as relações internacionais através de uma revolução que mudou perspectivas em todos os campos, pautadas em princípios religiosos e de identidades culturais islâmicas, até antes, causas inesperadas para o desenvolvimento de uma grande revolução.

A Revolução Iraniana é um marco para a história contemporânea do mundo Árabe. É um acontecimento que necessita cada vez mais de atenção dos internacionalistas. O processo de formação dos Estados Islâmicos, em especial o Irã, revela a importância da religião no cenário político regional. A doutrina Xiita foi disseminada, imposta por homens e adotada por um povo, o qual depois de vários séculos encontrava-se resgatando suas identidades fragilizadas pelo processo da globalização e da ocidentalização.

Os movimentos oposicionistas de cunho político-social liderados pelo Aiatolá Khomeini atingiram seu ápice no final da década de 70. Estes movimentos eram inspirados em conceitos anti-modernistas, conservadores e fundamentalistas religiosos, os quais faziam oposição no terreno político, moral e cultural à dinastia do Xá Reza Pahlavi. Todos estes acontecimentos foram base para o desenvolvimento de uma onda de protestos dentro daquele país, promovendo uma revolução que ficou marcada na história, encabeçada “por um velhinho de turbante que tomaria o poder, [...] que ao final inflamaria o país e surpreenderia o mundo” (KEPEL, 2003, p. 65).

O Irã é possuidor de uma área que equivale a 1,6 milhão de km², localizado no sudoeste asiático; tem posição privilegiada no Oriente Médio, sendo rota de passagem de navios petroleiros, através do estreito de Ormuz, principal rota de circulação do Golfo Pérsico. De acordo com as estimativas do Banco mundial de 2010, a população iraniana é de quase 74 milhões, de maioria Xiita. Sempre foi alvo da cobiça das potências globais pela posição estratégica ao qual está situado na região, realçado ainda pela descoberta do petróleo na transição do século XIX para o XX.

A religião islâmica¹ toma retoma sua força na sociedade muçulmana, em especial na região do Oriente Médio, a partir da ressurgência do Islã político, com objetivos opostos aos regimes políticos instaurados na região. O Aiatolá² Khomeini conseguiu unir as duas classes menos favorecidas no sistema político existente, a classe baixa e média. “Esta Revolução islâmica cultural se processou dentro dos grupos restritos de militantes intelectuais que passavam quase despercebidos no final dos anos 60 e início dos anos 70” (KEPEL, 2003, p. 48).

Um dos marcos da Revolução é a oposição a laicidade do Estado, não só do povo Iraniano, mas para o povo muçulmano. O envolvimento do muçulmano na política se encontra dentro da doutrina islâmica. É através da política segundo a doutrina islâmica, que o homem pode cumprir o objetivo divino de levar justiça social ao povo, ao qual é retribuído pela vigilância e o combate a governos injustos e impuros. A religião substituiu um regime imperialista para um governo com engajamento popular representados pelos Aiatolás, baseada em uma política conjunta entre Estado e religião com expressões e simbolismos islâmicos.

Não temos como comprovar que as fronteiras étnicas de uma comunidade, Estado ou região, estejam relacionadas com limites religiosos. Entretanto é possível afirmar que na região do oriente Médio, critérios religiosos como o Islã são definidores da construção de uma identidade coletiva, seja étnica ou nacional. Como afirma Hall (2006, p.7) algumas das velhas identidades estão em declínio, no entanto outras procuram sobreviver a esta fragmentação do indivíduo moderno. A prova deste argumento é a exaltação do Islã como formador sociológico dentro dos países do Oriente Médio, em especial o Irã, ao qual discutiremos neste projeto.

O objeto de estudo deste trabalho é realizar uma análise, sob a luz do arcabouço teórico construtivista, da sociedade iraniana pré-revolução de 1979. Sob a ótica do construtivismo compreenderemos a construção da ideologia revolucionária da sociedade iraniana embasadas em três variáveis causais da Revolução Iraniana de 1979; globalização, identidade, religião e fundamentalismo, que serão apresentados ao longo dos capítulos deste trabalho.

Para a consolidação deste trabalho, partimos da hipótese de que a Revolução Iraniana é relevante para os estudos das relações internacionais, pois representa a quebra

¹ OS conceitos sobre islamismo, muçulmanos, islã, jihad, serão debatidos nos capítulos a frente.

² O termo Aiatolá, segundo Gomes (2007) é considerado dentro das leis islâmicas Xiitas, o mais alto grau da hierarquia religiosa. São líderes religiosos e políticos.

de paradigmas constituídos pela ordem sistêmica bipolar do sistema internacional da época. A princípio a Revolução Iraniana tinha proposta de derrubar um estilo de governo que pouco beneficiou e proporcionou para aquela população, com altos índices de corrupção, desigualdade social, analfabetismo, índices que resultaram na queda do poder do Governo do Xá Reza Pahlavi. Como também instaurar uma república islâmica aos moldes do fundamentalismo religioso de Khomeini, restaurando a identidade religiosa xiita iraniana e ruptura com as reformas modernas ocidentais.

O trabalho é fundamentado em dois grandes capítulos. O primeiro momento será composto pelo pressuposto teórico escolhido e as variáveis causais que influenciaram no processo revolucionário, os quais nos darão fundamentos para uma melhor compreensão do tema e objeto de pesquisa. O segundo consistirá na projeção da análise, ao qual aplicaremos a teoria apresentada e suas contribuições para a construção ideológica da revolução iraniana, ressaltando o comportamento da sociedade diante dos fenômenos apresentados. Para isso fragmentamos estes dois grandes capítulos em três subcapítulos tanto no primeiro como no segundo capítulo, explicados melhor em seguida.

No primeiro capítulo apresentaremos à teoria construtivista, por acreditar que esta teoria representa o meio termo entre as teorias racionalistas e interpretativistas. A teoria construtivista aborda a construção e a transformação dos atores internacionais sob uma nova ótica, destacando a relevância dos agentes como modificadores e formadores da estrutura. Em geral, o construtivismo está equipado para mostrar como os interesses nacionais nascem, como eles se tornam entendimentos políticos e como os mesmos são selecionados através deste processo político para definir as identidades nacionais.

Comentaremos também em menor escala sobre a religião, como elemento determinante da formação da identidade de um povo. Existem relatos sobre a presença da religião como agente na construção sociológica de um povo ou comunidade desde os primórdios das civilizações. A Fé é um elemento formador de opinião e consecutivamente mobilizador social. Ao longo dos séculos, a fé influenciou não só processos religiosos como também políticos.

A globalização cultural rompe as fronteiras nacionais dos Estados, através da integração das comunidades, de princípios e culturas. Na década de 70, o ritmo desta integração cultural acelerou os fluxos e os laços entre os Estados. O próprio Irã foi submetido a esta profunda onda de transformação cultural que afetou a identidade da

nação. O que culminou no resgate das tradições islâmicas religiosas primitivas perpetuadas pela simbologia da revolução iraniana em 1979.

Trabalharemos também o conceito de identidade aplicado à construção da identidade xiita iraniana, advinda do império Persa e como a mesma foi determinante para a consolidação da revolução. Demonstraremos que o processo da globalização interfere nas identidades locais. O estudo de caso irá expor como a identidade iraniana reagiu ao processo da globalização, recuperando suas identidades sob a ótica religiosa, reforçando-a e protegendo contra os efeitos das reformas modernas impostas pela influência global das potências ocidentais. A prova é o surgimento de grupos conservadores e revolucionários, como os fundamentalistas que utilizam-se do instrumento da cultura e religião para promulgarem seus ideais políticos.

O fundamentalismo Islâmico esteve presente na Revolução iraniana, exercendo um papel atuante no desenvolvimento do conflito. Ao contrário do que a maioria argumenta o fundamentalismo não é um movimento radical, violento e não é só específico do islamismo, mas global e está presente em todas as religiões. O fundamentalismo foi incorporado por grupos revolucionários envolvendo classes e sujeitos diferentes, que buscaram implantar suas idéias e destituir governos tiranos do mundo Árabe. Torna-se ainda mais importante estudar esta temática, pelo momento de extremismos e violência em que estamos vivendo entre o mundo muçulmano e o ocidente, ou vice e versa.

É importante entender como as idéias e as ideologias influenciam o modo pelo qual as identidades são constituídas ou reproduzidas e, por sua vez, como os atores definem seus interesses em função de suas identidades. Dentro de uma sociedade xiita como a iraniana, valores como o simbolismo e o religioso são veementes na formação da identidade cultural. Tentaremos realizar esta interlocução dentro da teoria proposta nesta pesquisa, compreendendo o binômio ou a dicotomia entre razão e fé, política e religião, relevantes para a formação da identidade iraniana.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E A APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS CAUSAIS PARA A REVOLUÇÃO IRANIANA

Ao longo deste capítulo discorreremos sobre o pressuposto teórico e as variáveis causais que contribuirão para a interpretação, leitura e análise de nosso objeto de estudo. Num primeiro momento, explicaremos a contribuição da teoria construtivista e da religião para o campo das ciências sociais. No segundo momento abordaremos a globalização e a identidade cultural como temas determinantes para reforçar a análise de nosso objeto de estudo. Por último, pontuaremos algumas questões sobre o fundamentalismo religioso, fenômeno marcante para não só para a revolução como também para as diretrizes atuais das Relações Internacionais.

1.1 – O Construtivismo como base teórica do trabalho e a religião como elemento construtor social

As Relações Internacionais foram instituídas como campo de estudo autônomo na Inglaterra, após a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de compreender os fenômenos que configuravam o Sistema Internacional. Para isso foi criada em 1917 na Escócia o primeiro departamento de Relações Internacionais, que objetivavam elaborar o arcabouço teórico da disciplina, com a “finalidade de formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política mundial” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.2).

Os debates teóricos sobre as mutações que o sistema internacional sofria foram essenciais para o desenvolvimento da disciplina. A interdisciplinaridade nas Relações Internacionais trouxe novas teorias para compreender melhor alguns fenômenos até antes inexplicáveis para o sistema internacional. Dentre eles de cunho sociológico e cultural, que antes haviam sido negligenciados pelas teorias racionalistas³. Estas novas questões ficaram mais evidentes com o fim da Guerra-Fria e com o surgimento dos interpretativistas ou pós-modernos.

³ Segundo Nogueira; Messari (2005), os racionalistas são os teóricos pertencentes as teorias positivistas.

O construtivismo foi escolhido para embasar o corpo teórico deste projeto por acreditar que a teoria construtivista esteja equipada de pressupostos teóricos que ajudem a compreensão de um processo histórico tão relevante para as relações internacionais como foi a Revolução Iraniana. Segundo Adler (1999, p. 204), o construtivismo possui a chave sobre a transformação dos atores internacionais, das novas identidades e sistemas políticos.

O construtivismo surgiu no final da década de 80. Nicholas Onuf⁴ foi o primeiro teórico a produzir sobre a corrente construtivista na academia de relações internacionais. Ele considerava que a estrutura estava em plena evolução, ou melhor, construção. Onuf debatia que o construtivismo era centrado em regras. Argumentou que para ele, as normas situam-se no meio dos agentes e da estrutura, ao contrário de Giddens que argumentava que as normas pertenciam à estrutura. Entretanto foi através do artigo produzido por Wendt⁵ em 1992 que a teoria ganhou corpo nos debates internacionais.

Para compreender o construtivismo é preciso entender o que são os agentes e como eles estão relacionados à estrutura. Segundo Cohen, os agentes de Giddens são construtores sociais, com identidades culturais. Apesar de agirem com seus próprios interesses, possuem direitos e obrigações perante as normas que compõem a estrutura (1987, p.320, apud ADLER 1999, p.210). Os agentes atuam na formação da estrutura que não é fixa e sim mutável.

Os construtivistas acreditam que os estados não são os atores finais da estrutura. Os pós-modernos argumentam que o Estado é um meio para que os atores utilizam para figurar na estrutura internacional. A revolução iraniana é um exemplo disto. A fomentação do discurso religioso posicionado pelo clero islâmico é prova que através de grupos de indivíduos, pode-se mobilizar a massa, construir um ideal revolucionário, assumir o Estado e exercer uma política no seio internacional diferenciada.

De acordo com Wendt a estrutura é uma distribuição de conhecimento que organizam as idéias dos agentes (1999, p.53). A estrutura é definida como um fenômeno social e não apenas material. “As Características da estrutura pressupõem que os agentes são inseparáveis das estruturas sociais, porque suas ações somente são possíveis em virtude daquelas estruturas, particularmente do tipo de cultura anárquica dominante nas interações dos agentes” (TOLOSSA, 2004, p.24).

⁴ Nicholas Onuf publicou o livro *World of our making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations* 1989.

⁵ Alexander Wendt produziu em 1999. *Social Theory of International Politics*. As idéias utilizadas são compreensões nossas.

De acordo com Nogueira e Messari, Giddens⁶ nega a precedência ontológica tanto aos agentes quanto à estrutura, o que se transforma em uma das premissas básicas do construtivismo (2005, p.8). “Os construtivistas negam que os agentes precedam a estrutura moldando-a para servir seus interesses, como também, que a estrutura limite e constranja as ações dos agentes” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.166). Para Wendt agente e estrutura são co-construídos.

A importância e o valor do construtivismo para as relações internacionais repousa basicamente em sua ênfase na realidade ontológica do conhecimento intersubjetivo e nas implicações metodológicas e epistemológicas dessa realidade. Os construtivistas acreditam que as Relações Internacionais consistem primariamente em fatos sociais, os quais são fatos apenas por acordos humanos. [...] Assim o construtivismo é uma tentativa, mesmo que tímida, de construção de uma ponte entre as intensamente separadas filosofias da ciência social positivista/materialista e idealista/interpretativistas (ADLER, 1999, p.6).

A concepção construtivista defende que o mundo é socialmente construído, que vive em constante construção e transformação regida pelos agentes. Por ser o mundo uma construção social, quando trabalhamos o conceito de identidade, que será debatido no próximo capítulo, o construtivismo quebra a visão de que a identidade é predeterminada, como argumenta as teorias positivistas. As identidades se transformam e se adaptam aos processos e as necessidades da política internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p 168). Através da interação dos atores e dos processos de comunicação estabelecidos, se constrói os interesses e as preferências destes agentes.

De acordo com Nogueira e Messari (2005) para compreender o construtivismo é necessário entender uma de suas premissas fundamentais que é a negação do sistema anárquico como estrutura que define as relações internacionais. O construtivismo considera que existam normas e regras que norteiam a sistema internacional, afirmando que a anarquia internacional, a qual os teóricos pressupõem como estrutura é socialmente construída. Wendt defende que os Estados são agentes da estrutura conhecida como sistema internacional. Apesar de reconhecer que esta estrutura tenda parcialmente ao conflito e não totalmente como argumentam os realistas. As idéias construtivistas coligam nesse ponto com os idealistas estruturais.

Abordando a dualidade entre materialismo e idealismo, alguns teóricos construtivistas como Wendt, não obstruem a influência do materialismo, contudo consideram as idéias e os valores principais responsáveis pela formulação do conhecimento sobre este mundo. Um dos princípios básicos que

⁶ Ver A Constituição da Sociedade – Giddens 2003 – Ed. Martins Fontes

Wendt argumenta é que as estruturas de associação humana são determinadas por idéias compartilhadas e não por forças materiais (1999, p.1). É o princípio básico para a formação de identidade e fundamentação da vida social entre indivíduos que comunguem as mesmas idéias e identifiquem-se com trações culturais, formando um grupo social.

Para o construtivismo de Wendt, o papel das idéias apresenta-se como uma de suas discussões centrais sobre a teoria. A importância das idéias vem sendo debatida não só por construtivistas, como também pelos pós-modernos⁷. As idéias definem-se em primeiro grau, em um universo de possíveis ações. Vale salientar que as idéias trafegam em várias correntes, positivas e negativas. Como são criações dos indivíduos, opiniões geram idéias, podendo ser influenciadas como serem influenciadoras, a partir de suas afirmações e do que elas defendem.

Embora materialistas e idealistas reconheçam o papel das idéias, há discordância a respeito da profundidade dos seus efeitos na vida social. Os materialistas acreditam na natureza e na organização das forças materiais como as mais importantes realidades a respeito da sociedade e alegam que são secundários os efeitos das forças de caráter não material; os idealistas têm a natureza e a estrutura da consciência social como as realidades fundamentais acerca da sociedade, o que Wendt trata como distribuição de idéias ou conhecimento (ANDRADE, 2010, p.30).

Para Wendt o campo das idéias é relevante para o cenário internacional. Ele argumenta que são idéias que geram os argumentos com que os agentes utilizam como pressupostos para buscarem o poder. A diferença em seu discurso frente aos racionalistas é que Wendt defende que as perspectivas de poder e idéias estão interligadas, visto nenhuma delas poderem conduzir interesses isolados e sim conjuntos.

O problema observado é que, se pudessem explicar, as idéias assumiriam função ligada apenas às justificativas para as causas, embora sejam, na verdade, constitutivas do poder e do interesse em maior parcela do que as forças materiais. Por isto, o materialismo desempenha papel restrito na explicação do comportamento dos atores, afinal, os fenômenos culturais atuam de maneira restritiva, do mesmo modo que o poder e o interesse. (*ibidem*, p.31)

Segundo Andrade, o Estado assume um papel preponderante e predominante no construtivismo de Wendt. O Estado é um ator com desejos, crenças, intenções e interesses o que condiz com sua identidade. Não há como desvincular os interesses dos Estados sem antes descobrir o que é este Estado, como é composto e de que

⁷ Os pós-modernos são compostos por grupos teóricos das relações internacionais. Os construtivistas, os pós-estruturalistas, feministas e pós-colonialistas são parte deste grupo.

pressupostos e ideologias ele segue. Os interesses sem identidade não possuem direção (2010, p.35).

Outra ferramenta teórica importante na composição de nosso trabalho é a religião. A religião toma este grau de relevância por ser um agente transformador e construtor social. Segundo Azevedo (2006, p.10) a religião é um fenômeno singular e plural simultaneamente, onde se permite ver a participação de múltiplos aspectos; intelectuais e espirituais como também éticos, culturais sociais e artísticos.

Os elementos religiosos estão enraizados na construção da sociedade. Segundo Giddens eles estão presentes há milhares de anos exercendo uma forte influência na vida dos seres humanos (2005, p.426). É necessário encarar a religião de forma original e universalista em seu papel de agente como formador ideológico das massas. Azevedo argumenta que nos dias atuais, com a convivência forçada pela globalização cada vez mais intensa entre as culturas e civilizações distintas, a compreensão do fenômeno religioso em sua plenitude se defronta com inúmeros desafios:

O mais urgente deles é justamente o da incorporação da dimensão do conhecimento no sentido de oferecer resistência ao crescente divórcio entre a inteligência e a espiritualidade; e mais ainda, de forjar uma aliança entre o conhecimento e o sagrado (AZEVEDO, 2006, p.10)

Um dos conceitos que nos ajudará nesta pesquisa para uma maior compreensão do que a religião representa e como ela age na sociedade, é a concepção da filosofia perene. Segundo Azevedo “Schuon conceitua a filosofia perene como sendo a quintessência das mensagens subjacentes às grandes tradições religiosas do mundo, cujas fontes são formadas por Escrituras Sagradas e pelos escritos de seus grandes mestres espirituais” (2006, p.16).

De forma simplista o autor acima citado faz referência as grandes religiões do mundo que hoje são seguidas por milhares de pessoas. A filosofia Perene confirma que as religiões existentes no mundo atual, respondem o que é desejado para a construção do intelecto, da moral e do espírito não só do individuo, como também da sociedade. Estas grandes religiões, em especial o Islã ao qual trabalharemos neste trabalho, agem sobre a humanidade construindo ideologias que ultrapassam gerações e fronteiras embasadas em seus escritos sagrados, veículo da revelação. Na seção seguinte

compreenderemos melhor a globalização e a identidade como variáveis causais da Revolução Iraniana.

1.2 – Globalização e Identidade cultural; variáveis fundamentais para a construção ideológica revolucionária

O século XX possui grande relevância para a evolução da humanidade. Foi um período com grandes fatos históricos que determinaram o caminhar da sociedade para o novo milênio. Foi neste espaço temporal que acompanhamos o surgimento de novas correntes teóricas, essenciais para a compreensão dos acontecimentos deste século. Novos debates e conceitos foram inseridos na agenda internacional com objetivo de esclarecer os fenômenos locais e globais.

Segundo Giddens (2005, p.61) a globalização é o termo que os sociólogos utilizam para compreender os processos que intensificaram as relações e a interdependência social global. A globalização é criada por uma convergência de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, os quais estreitam os laços entre os Estados e as Nações, reforçando a idéia de que todos estão vivendo em um ‘único mundo’. Apesar de ser um termo recente, do final do século XX, alguns teóricos reforçam que a globalização é um fenômeno antigo, advindo dos processos de colonização das potências ocidentais.

O fato é que segundo Seitenfus (2004, p.174) a globalização é uma expressão de origem anglo-saxônica facilmente identificada, embora dificilmente definida. O termo é utilizado como instrumento descritivo de uma realidade a ser aprendida, como discurso ideológico valorativo, de um fenômeno que para uns é defendido e para outros condenados. A própria globalização encontra sua primeira aplicação na identificação da existência de uma demanda que não se restringe unicamente ao espaço territorial dos Estados.

Alguns fatores deram sua contribuição para o fortalecimento deste fenômeno que é a globalização. Primeiro é inegável o caráter econômico ao qual a globalização está atrelada. O capitalismo é o maior responsável pela integração global da economia. A sede pelo desenvolvimento fez com que os Estados ocidentais buscassem cada vez mais, meios de comércio e produção com outros Estados, às vezes até pelo uso da força, através das políticas colonialistas e imperialistas impostas aos países do terceiro mundo.

Segundo, a ascensão dos meios de comunicação e transporte, frutos da revolução tecnológica do século XX também foram determinantes para afirmação do processo da globalização no sistema internacional.

Segundo Giddens (2005, p.60-61), o salto tecnológico da sociedade, fez com que os Estados ascendessem em sua capacidade de interação com o global. A internacionalização do capital, de mercadorias e de pessoas, somados aos avanços da tecnologia dos meios de comunicação, fizeram com que as distâncias geográficas fossem reduzidas e as fronteiras no mundo das redes de computadores, tornassem-se invisíveis

O surgimento da economia do conhecimento se relaciona ao desenvolvimento de uma larga base de consumidores que são tecnologicamente aptos e que avidamente integram em seus cotidianos os novos avanços na computação, no entretenimento e nas telecomunicações. [...] A operação da economia global reflete as mudanças que ocorreram na era da informação. (*ibidem*, p.62)

A globalização não é só um fenômeno econômico, como alguns teóricos argumentam. Robertson (1999, p.12) afirma que sociólogos e antropólogos há mais de 20 anos já comentavam e debatiam os efeitos da mesma para os diversos meios sociais. A globalização possui outras abordagens e correntes ideológicas. Giddens (2005) cita David Held (1999) quando o mesmo realizou um levantamento sobre três possíveis correntes e escolas de pensamento sobre a globalização;

Os céticos argumentam que a idéia de globalização está super valorizada; *os hiperglobalizadores* em oposição aos céticos, sustentam que a globalização é um fenômeno muito real, cujas conseqüências podem ser sentidas em quase todos os lugares, e por ultimo; *os transformacionistas* assumem posição mediana vendo a globalização como uma força emergindo por trás das mudanças que estão ocorrendo nas sociedades modernas (GIDDENS, 2005, p.66-67-68).

Destas três correntes, a mais simpática e o que mais condiz com a realidade é a transformacionista de acordo com Giddens (2005). “A ordem global está se transformando, mas muito dos velhos modelos ainda restam. Os governos ainda detêm bastante poder. [...] Essas transformações afetaram também a vida política, cultural e pessoal” (*ibidem*, p.68) A sociedade é que arca com grande parte deste processo sendo vítima e agente ao mesmo tempo, da construção social. “A globalização tanto divide

como une; divide enquanto une, e as causas da divisão são idênticas as que promovem a uniformidade do globo” (BAUMAN, 1999, p.8).

Segundo os transformacionistas, a globalização é um processo ‘descentrado’ e reflexivo, caracterizado por conexões e fluxos culturais que funcionam de um modo multidirecional. Produto de numerosas redes globais interligadas, a globalização não pode ser vista como um processo advindo de uma única parte do mundo. (GIDDENS, 2005, p.68)

No campo cultural, para Robertson (1999, p.12), a globalização ao contrário do que defende algumas correntes teóricas não se refere só ao processo de modernização, americanização ou ‘imperialismo cultural’. Refere-se à compressão, temporal e espacial do mundo como um todo. O processo da globalização é global. Assim sendo, existe contribuições no que se refere as culturas de ambos os lados, ocidental e oriental. Um debate que reforça a compreensão da influência da globalização na cultura é entre globalização e localização.

A medida que a interdependência e as interações globais se intensificam, as relações sociais em geral parecem estar cada vez mais desterritorializadas, abrindo caminho para novos direitos às opções, que atravessam fronteiras até há pouco tempo policiadas pela tradição, pelo nacionalismo, pela linguagem ou pela ideologia, e frequentemente por todos eles em conjunto. Mas, por outro lado, e em aparente contradição com esta tendência, novas identidades regionais, nacionais e locais estão a emergir, construídas em torno de uma nova proeminência dos direitos às raízes. Tais localismos, tanto se referem a territórios reais ou imaginados, como a formas de vida e de sociabilidade assentes nas relações face a face, na proximidade e na interatividade. (SANTOS, 2008, s/p)⁸

O Localismo globalizado proposto por Boaventura (2008) remete ao processo o qual um fenómeno local é globalizado com êxito. É um processo em que culturas locais absorvem aquela cultura a partir do contato e da interação com outra do exterior. “O localismo globalizado implica a conversão da diferença vitoriosa em condição universal e a consequente exclusão ou inclusão subalterna de diferenças alternativas” (SANTOS, 2008, s/p)

Já o Globalismo localizado consiste nos impactos que aquela cultura local sofre, pelas culturas do exterior, se reestruturando com o objetivo de adequar-se as culturas

⁸ Citação retirada do artigo online de Boaventura de Sousa Santos, descrita na referência bibliográfica, não paginado. <http://denvolvimentoregionalelocal.blogs.sapo.pt/8221.html>

globais. “Consiste no impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados” (*ibidem*).

No passado as identidades pessoais dos indivíduos eram formadas no contexto da comunidade em que nasciam. [...] Nas condições da globalização, estamos diante de um movimento rumo a um novo individualismo, no qual as próprias pessoas construirão suas identidades (GIDDENS, 2005, p.68).

A globalização interfere nas identidades culturais dos povos e do próprio indivíduo. Stuart Hall (2006, p.67) cita em seu texto, Anthony McGrew (1992), que argumenta que a globalização se refere àqueles processos, atuantes em uma escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e experiência mais conectados.

Para Castells a identidade constitui fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas e construídas por um processo de individualização. Como também as identidades podem ser construídas a partir das instituições dominantes, possível quando os atores se internalizam. [...] Contudo as identidades são fontes mais importantes de significados do que papéis por causa do auto processo de individuação que envolvem (CASTELLS, 2006, p.23).

De acordo com Stuart Hall (2006, p.69) desde os anos 70, o fenômeno da globalização aumentou a integração entre os Estados, acelerando os fluxos e os laços entre as nações, promovendo as seguintes conseqüências sobre as identidades culturais; a de que as identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado da homogeneização cultural e consecutivamente do pós moderno global; as identidades nacionais e outras identidades locais estão sendo reforçadas pela resistência ao processo de globalização e; as identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades híbridas estão tomando o lugar.

A identidade sempre foi um tema muito debatido dentro das ciências sociais, principalmente depois do fenômeno da globalização e sua interferência sócio-cultural, onde teóricos afirmam a existência da crise das identidades culturais. “A crise de identidade é vista como parte de uma mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem no mundo social” (HALL, 2006, p.7).

O conceito de identidade nas ciências sociais é multifacetado e pode ser abordado de várias formas. De modo geral a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas. [...] As principais fontes de identidades incluem gênero, orientação sexual, nacionalidade ou etnicidade e classe social (GIDDENS, 2005, p.43-44).

Stuart Hall (2006, p.12) compreende que a identidade preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’, entre o mundo pessoal e o público. A identidade costura o sujeito a estrutura estabilizando tanto o sujeito quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos mais unificados e predizíveis. O que Hall argumenta é que o sujeito que possuía uma identidade unificada, hoje se encontra fragmentada, composta não só de uma identidade e sim de várias. O que ratifica que a identidade não é mais unitária e imutável, e sim móvel. (*ibidem*, p.13)

Os teóricos que defendem os pressupostos de que as identidades estão em crise, baseiam-se em argumentos de que forças externas estão transformando estas identidades na forma estrutural. “A globalização envolve a pressão sobre sociedades, civilizações e representantes das tradições, incluindo tanto as tradições ‘ocultas’ quanto as inventadas para peneirarem a cena global em busca de idéias e símbolos relevantes as suas próprias identidades” (ROBERTSON, 1999, p.72).

Como comentado no tópico anterior, os teóricos debatem os efeitos que a globalização exerce nas identidades culturais. A primeira percepção é de que as identidades culturais estão sendo homogeneizadas. Para Stuart Hall a afirmação que a homogeneização cultural é o grito angustiado daqueles que estão convencidos de que a globalização ameaça solapar as identidades culturais é inverídica e exagerada. Em sua concepção, ao mesmo tempo em que a globalização atua no local, o mesmo local também exerce influência sobre o global (2006, p.77). “É mais provável que a globalização produzirá simultaneamente novas identificações globais e novas identificações locais (*ibidem*, p.78).

O argumento de Hall (2006) é ainda mais incisivo quando o autor defende que a globalização é distribuída desigualmente ao redor do globo. Que devido a esta desorganização da geometria do poder⁹, é necessário identificar estas relações desiguais

⁹ Geometria de poder é um termo proposto por Doreen Massey ao qual critica as desigualdades da globalização

do poder cultural que permeia no sistema global sobre o local.¹⁰ O que observamos é que as trocas das relações culturais e identitárias entre as sociedades exercem uma influência maior advindo do centro para a periferia.

O reforço das antigas identidades também é uma consequência dos efeitos da globalização na construção da identidade cultural de um povo. O levante da tradicionalidade defendido pelos conservadores enaltece as raízes culturais da sociedade produzindo um fechamento para a influência do global sobre o local. Sob este pressuposto, grupos conservadores aproveitam-se deste argumento para fincar suas ideologias políticas. O maior exemplo são os conservadores e os fundamentalistas religiosos, classe que compreenderemos melhor no segundo capítulo.

Outro pressuposto defendido por Hall (2006, p.87-88) é sobre a hibridação das culturas e identidades. Estas culturas e identidades ultrapassam as barreiras geográficas, composta por indivíduos e grupos que migraram de suas terras natais. Estas identidades nunca serão unificadas, devido estas pessoas estarem inseridas em outras culturas e consecutivamente longe de sua terra natal. O maior exemplo é o processo das migrações que assolam todo o mundo em diversas direções.

Em todos os lugares estão surgindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que tiram seus recursos de diferentes tradições culturais, produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns em um mundo globalizado (HALL, 2006, p.88).

A globalização é um fenômeno de difícil conceitualização com vasto campo para aplicação. Ela está em todo o lugar. É inegável seu poder de se inserir em diversas culturas e regiões do globo. O que diferencia algumas sociedades das outras em relação a este processo, são os limites e o engajamento aos quais os grupos sociais e culturais se doam e se permitem fazer parte deste processo. Já a identidade representa a identificação do indivíduo ou grupo social. É notório o quanto os dois conceitos e fenômenos estão inter-relacionados nos dias atuais. O relevante é observar que ambas estão interligadas, exercendo um papel determinante na sociedade atual.

¹⁰ Ibidem referente a citação do texto referente ao livro de Stuart Hall (1992) "A identidade cultural na pós-modernidade", 2006, Rio de Janeiro, Ed. DP & A.

1.3 – O Fundamentalismo Islâmico; Fenômeno unificador da sociedade iraniana

A Revolução Iraniana é um marco para o estudo não só das relações internacionais, como também das ciências sociais, em geral. Este acontecimento permite analisar a influência religiosa islâmica no processo de construção ideológica política do povo coligados com a afirmação e a resistência da identidade cultural e social. Nesta seção, apresentaremos os conceitos básicos para compreender o fenômeno do Fundamentalismo religioso, em especial o Islâmico, fundamental para a concretização dos ideais revolucionários propostos pelo Aiatolá Khomeini, na Revolução Iraniana de 1979.

De acordo com Robertson (1999, p.16) “a religião se tornou durante o final do século XIX e início do século XX, um modo categórico para a ‘organização’ das sociedades e das relações entre elas”. Sendo assim relevante para o estudo das relações internacionais. A religião possui um caráter importante na formação das identidades destas sociedades modernas. Para Hall (1992, p. 58) o que constitui uma cultura nacional, são as memórias implícitas nas figuras simbólicas e heróicas, o desejo por viver em conjunto a partir da interação social e formação de uma identidade em comum e a perpetuação da herança histórica advinda dos antepassados.

O próprio fenômeno da globalização, que apesar das discussões recentes, não é um fenômeno novo traduz esta hibridização cultural, a partir da integração e conexão das comunidades. O fundamentalismo é um instrumento de defesa para as identidades nacionais, culturais e locais destes Estados que foram atingidos pelo fenômeno da globalização. “O fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas” (ibidem, p. 85). Antes de começarmos a nos aprofundar no fundamentalismo é necessário compreendermos uma divisão temporal do conceito de fundamentalismo proposto por Azevedo (2006):

O fundamentalismo moderno constitui-se num amálgama de posições religiosas e culturais superficiais, formalistas e xenófobas, conjugadas com ideologias políticas modernas, como o nacionalismo, além de demonstrar os estreitos laços da tolerância religiosa. Já o fundamentalismo do passado até o século XX era inofensivo, pois se restringia a um certo literalismo religioso (2006, p.20).

Segundo Castells (2006) o fundamentalismo é resultado de uma identidade de resistência. São respostas de uma identidade dominada ou alienada por outras culturas. “O fundamentalismo religioso, as comunidades territoriais, [...] são todas manifestações do que denomino exclusão dos que excluem pelos excluídos, ou seja a construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições,

ideologias dominantes que revertem o julgamento de valores reforçando os limites da resistência” (2006, p.25).

Para evitarmos a imprecisão no que tange ao tema fundamentalismo, é importante lembrar que o termo significa: “tomar aos fundamentos, ou invocar os alicerces. Comumente se compreende fundamentalismo como uma ação armada eivada de religiosidade e ocasionalmente violenta. E o pior, se atribui a esta prática signos puramente islâmicos. (GOMES, 2007, p.26)

O fundamentalismo vem ganhando grandes dimensões nos debates teóricos não só das ciências sociais, como também das relações internacionais. Garaudy (1990) argumenta que o fundamentalismo representa o maior perigo de nossa época: “el integrismo¹¹ o fundamentalismo, consiste en identificar una fé religiosa o política con la forma cultural o institucional que pudo revestir em uma época anterior de su historia. Creer, pues, que se posee uma verdad absoluta e inponerla” (1990, p. 13). As raízes deste radicalismo derivam de problemas econômicos, políticos e culturais. Para este autor o fundamentalismo, no terceiro mundo, alavancou em todas as suas formas, devido o ocidente tentar impor desde o renascimento seu modelo de cultura e desenvolvimento político (1990, p. 13-14).

O fundamentalismo é uma construção de uma identidade coletiva segundo a identificação do comportamento individual e das instituições da sociedade com as normas oriundas da lei de Deus, interpretadas por uma autoridade definida que atua como intermediária de Deus e a humanidade (CASTELLS, 2006, p.29).

O fundamentalismo religioso é originado na virada do século XX, a partir de movimentos protestantes norte-americanos. “Reações à estagnação e corrupção das instituições existentes, advogando o retorno para uma forma mais pura e exigente de sua religião, pregando o trabalho, a ordem e a disciplina” (HUNTINGTON, 1997, p.136). Anos mais tardes, o fundamentalismo também chega ao alcance da igreja católica, em oposição a uma corrente modernista da Igreja. Instituição que enfrentou grandes dificuldades com os processos de independências nacionais e a perda do prestígio político em alguns Estados. O objetivo era acentuar a autoridade do magistério romano tradicional nos mandatos de Pio IX e Pio X.

Com crenças e princípios bem definidos, o fundamentalismo religioso nasce com o pressuposto de combater a globalização em defesa das crenças tradicionais culturais e religiosas. A verdade é uma só e está baseada nos escritos religiosos, o qual deve ser aplicado a toda e qualquer

¹¹ Garaudy (1990) afirma que Integrismo e fundamentalismo são conceitos interligados como também radicalismos e conservadorismos. Estão todos conectados em uma realidade religiosa e uma política radical.

dinâmica social através do escrituralismo¹². Segundo A. Giddens, a prática do fundamentalismo, e sua disseminação, fizeram com que alguns religiosos tomassem-se figuras políticas da oposição nos Estados Unidos, chefes de Estado no Irã e em alguns países árabes.

O fundamentalismo religioso representa a abordagem assumida por grupos religiosos que exigem a interpretação literal das escrituras ou dos textos fundamentais e acreditam que as doutrinas surgidas a partir dessas leituras devem ser aplicadas a todos os aspectos da vida social, econômica e política (GIDDENS, 2005, p.447).

Para Garaudy (1990, p.15) os principais componentes do fundamentalismo são; contrariedade à adaptação, ao o que é novo ou ao moderno, partindo de uma fixação oposta ao desenvolvimento e a toda a evolução. Ideais que tendiam ao regresso do passado apelando à tradição e as velhas identidades e por ultimo a intolerância, ao dogmatismo e a intransigência. O fundamentalismo não foi um movimento unitário e local, e sim global como defende alguns autores. “Foi uma forma importante de revival do nacionalismo particularista e do absolutismo étnico e religioso, anteriormente encontrado no mundo ocidental, mas que ganha menção mesmo em alguns Estados do Oriente Médio” (HALL, 1992, p.94).

Existem vários tipos de fundamentalismos espalhados pelo mundo. Entre eles estão; o científico, o tecnológico, o stalinista, romano, argelino, israelense, russo e em especial o Islâmico. O Fundamentalismo Islâmico será crucial para o entendimento do desenvolvimento do processo revolucionário iraniano. Para observarmos este fenômeno, será necessário levantar fatos históricos embasando-se na corrente religiosa islâmica, que segundo Giddens (2005, p 447) sempre pregou o ativismo em seus textos religiosos, assim como o cristianismo, incentivando seus fiéis a lutarem no caminho de Deus.

O conceito de “fundamentalismo islâmico” designa hoje a aspiração da instauração de um estado islâmico, a introdução da Sha'ria, do direito islâmico e do seguimento das normas de Maomé e dos primeiros quatro Califas Sunitas, sem no entanto renunciar aos benefícios da técnica moderna. Inicialmente, o termo ocidental "fundamentalismo" foi rejeitado mas hoje admitido (árabe الإسلامية الأصولية al-usûlîya al-islâmîya, de أصول usûl "raízes", "fundamento"). Na verdade, o termo "fundamentalista" (usuli) existe no Islã desde há séculos: a palavra designa, no sentido tradicional, ciência que se dedica ao estudo do fiqh 'direito islâmico' (COGGIOLA, 2011, p. 11).

O fundamentalismo Islâmico surgiu no início do Século XX, desenvolvendo-se a partir do ano de 1928, com a criação da irmandade muçulmana por Hasan Al Bana¹³, no

¹² O escrituralismo é uma corrente teórica que materializa no seio político as escrituras sagradas. No Xiismo é utilizado para as interpretações do Corão como guia social, político e jurídico. (COGGIOLA, 2008).

Egito. Seus pressupostos ideológicos partem da rejeição do colonialismo e das transformações culturais promovidas pela globalização, oriunda do ocidente. Os fundamentalistas buscavam resgatar a pureza do Islã implícita nos âmbitos morais da sociedade. O projeto Panarabista¹⁴ regava os ideais da religião muçulmana, a abolição de instituições ocidentais no mundo islâmico e a luta contra o Estado de Israel.

O laicismo ocidental invadiu de uma forma tão agressiva o mundo islâmico que, para este, o fundamentalismo é viável como expressão política e social. Quando os paradigmas ocidentais referentes à emancipação político-social das mulheres, as questões de gênero ou sexuais, o individualismo, o consumismo e demais produtos da modernidade se apresentam como caminho indubitável à felicidade, eles estão questionando a visão de mundo e o ethos dos povos orientais (GOMES, 2007, p. 115).

A construção ideológica do fundamentalismo islâmico também é fruto da disputa de duas religiões monoteístas e ativistas; o Islamismo e o Cristianismo representando o Oriente e o Ocidente, respectivamente. O fundamentalismo islâmico é acima de tudo revolucionário. De acordo com Huntington (1997, p.262) são mais de mil e quatrocentos anos de disputas com conquistas iniciadas no século VII, com a invasão árabe sobre os territórios do norte da África, na Ibéria, no Oriente Médio, na Pérsia, atual Irã e na Índia Setentrional.

Depois de 200 anos de domínio árabe, a partir do século XI, o império cristão contra-ataca com as cruzadas¹⁵ em busca da conquista da terra santa e das regiões circunvizinhas. A conquista de Constantinopla em 1453 pelo Império Otomano pondo fim a Idade Média é outra demonstração de força no conflito entre as duas religiões. “Bernard Lewis assinala que durante mil anos a Europa esteve sob a ameaça do Islã” (*ibidem*, p. 263). Entretanto, os séculos seguintes demonstram a supremacia dos ocidentais perante os orientais, através dos movimentos modernistas e científicos.

As navegações, as formações dos Estados modernos, o renascimento, as revoluções industriais mais o iluminismo foram determinantes para o desenvolvimento dos países europeus ocidentais como potências mundiais. Estados que demonstrarão sua supremacia sob os Árabes com o domínio imperialista econômico e político, devido à corrida dos Estados pela busca por novos mercados consumidores, que resultou consecutivamente na I Guerra Mundial. “Segundo um levantamento, no período de 1757 até 1919 ocorreram 92 aquisições de território muçulmano por governos não

¹³ Segundo Kepel (2003) fundamentalista Islâmico Egípcio, fundador da Irmandade Muçulmana. Objetivava a formação de um estado único muçulmano sob a égide de um único Califa.

¹⁴ O Pan-arabismo é um movimento político tendente a reunir os países de língua árabe e de civilização árabe numa grande comunidade de interesses. É um movimento para unificação entre as populações e nações árabes do Oriente Médio. Ver Kepel (2003) Jihad, expansão e declínio do islamismo.

¹⁵ As cruzadas foram movimentos militares propostos pelos cristãos ocidentais com objetivo de conquistar a terra-santa, Jerusalém, nos séculos XI até o XIII.

muçulmanos. A maior prova do histórico deste conflito é o fato de que 50 % dos conflitos existentes entre os anos de 1820 e 1929 foram entre os muçulmanos e cristãos” (HUNTINGTON, 1997, p.263).

Os conflitos eram, por um lado, fruto das diferenças, especialmente da concepção muçulmana do islamismo como um estilo de vida que transcendia e unia religião e política versus a concepção cristã ocidental das separações do reino de deus e César. Ambas as religiões monoteístas¹⁶, universalistas¹⁷, missionárias e ativistas (HUNTINGTON, 1997, p.264).

Esta evolução do mundo ocidental representou uma afronta para o mundo muçulmano. Haja vista acreditarem ser a sociedade mais desenvolvida do mundo, apesar dos três séculos passados de estagnação a qual o mundo árabe presenciou. Estes fatos históricos só demonstraram a “inabilidade do mundo muçulmano de promover uma resistência eficaz à difusão da cultura ocidental, o que levou a movimentos de reforma que buscavam devolver ao islamismo sua pureza e suas forças originárias” (GIDDENS, 2005, p.448).

A reafirmação de raízes culturais e o retorno à ortodoxia têm sido, desde há muito, uma das mais poderosas fontes de contra-identificação em muitas sociedades e regiões pós-coloniais do terceiro mundo. Outros vêm as raízes do Fundamentalismo Islâmico no fracasso dos Estados islâmicos em estabelecer lideranças “modernizantes” bem-sucedidas e eficazes ou partidos modernos seculares... a restauração da fé islâmica é uma poderosa força política e ideológica mobilizadora e unificadora (HALL, 1992, p.95).

O fundamentalismo foi determinante para a implementação da Revolução Iraniana. Através do simbolismo religioso e da politização da fé, idéia contrária a de Marx, Khomeini recompôs as bases sociais e culturais agredidas pela modernidade do Irã, promovendo a reconstrução identitária política e religiosa do povo iraniano. “A religião impôs, a partir do xiismo, princípios identitários anti-ocidentais e coranistas que outorgaram um tipo de unidade às camadas sociais (GOMES, 2007, p.117). No próximo capítulo, explicaremos como o fundamentalismo religioso foi posto em prática na construção ideológica da revolucionária iraniana.

¹⁶ O monoteísmo acredita em um único Deus, como divindade suprema.

¹⁷ Religiões universalistas afirmam ser a única fé verdadeira, a qual assume um caráter missionário de busca a catequização destes fiéis em pró de sua salvação.

CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DA REVOLUÇÃO IRANIANA SOB A ÓTICA CONSTRUTIVISTA E AS VÁRIAS CAUSAS



Figura 1- Mapa do Irã

Fonte: Blog todos os Fogos fogo¹⁸

O Irã está situado geograficamente no sudoeste asiático ocupando uma área de 1,6 milhão de km². Em uma posição privilegiada no Oriente Médio, limita-se ao sul pelos golfos Pérsico e Omã, região estratégica economicamente devido a localização do estreito de Ormuz¹⁹. Ao norte pelo Azerbaijão, Armênia, Turcomenistão e o Mar Cáspio. Ao Leste pelo Afeganistão e Paquistão e ao oeste pelo Iraque e a Turquia.

Possuidor de uma população em média de 74 milhões de habitantes²⁰ (estimativa de 2010), a população iraniana é composta por diferentes grupos étnicos, de maioria Xiita²¹ representando cerca de 90% da população iraniana. Os outros 10% dividem-se em correntes identitárias e religiosas menos expressivas no país, como o

¹⁸ Figura retirada do blog com endereço eletrônico :<http://todososfogos.blogspot.com.br/2010/02/transformacoes-no-ira.html>

¹⁹ O estreito de Ormuz é uma importante rota de passagens para o escoamento da produção petrolífera da região. Por esta rota, a Arábia Saudita de acordo com dados do site http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19778 em um artigo produzido por MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto, escoar cerca de 2 milhões de barris de petróleo por dia.

²⁰ Dados de 2010, produzidos pelo <http://datos.bancomundial.org/pais/iran-republica-islamica-del>.

²¹ O termo Xiita deriva da palavra árabe Shi'a ou Shiati Ali, (partido de Ali). É a segunda corrente ideológica do Islã. Defendem a pureza profética na linha de sucessão de Mohammed (profeta). Segundo os Xiitas Maomé determinou a continuidade de sua linha sucessória através de membros de sua família.

Sunismo, Zoroastrismo²², Judaísmo e o Cristianismo. O Irã não é um país árabe. “Antes de ser denominada Irã Pelo Xá Reza Pahlevi (primeiro Xá Pahlevi 1925) a região era conhecida por Persa” (GOMES, 2007, p. 12).

Neste capítulo, iremos compreender melhor nossos pressupostos teóricos abordados no capítulo anterior, elaborando uma análise dos mesmos neste capítulo dividindo-os em três tópicos. Essa compreensão será relevante para o projeto e debate sobre nosso objeto de pesquisa que é a sociedade iraniana pré-revolução de 1979.

2.1 - O uso do Islã na construção de uma ideologia política

A religião exerce influência sobre a vida dos seres humanos e está presente em todas as sociedades. A religião é parte construtora de nossa identidade cultural e social. Ao longo da história ela se fez presente em todas as relações e conflitos sociais existentes; da simples e complexa formação e identificação social como também da promoção de grandes conflitos étnicos e ideológicos. Para Giddens (2005, p.427) a religião envolve um conjunto de símbolos, que invocam sentimentos de reverência ou de temor e estão ligadas a rituais ou cerimoniais, ‘como os serviços religiosos’ dos quais participam uma comunidade de fiéis. Como base de nossa pesquisa, estudaremos o Islamismo como religião predominante na formação da sociedade iraniana e elemento construtor de sua ideologia política.

O Islã (árabe الإسلام; al-islām) é uma religião monoteísta baseada no Alcorão, livro sagrado “enviado por Deus” (árabe: Allāh) através do profeta Maomé. Os seguidores do Islã, muçulmanos (árabe مسلم), acreditam que Maomé foi o último de uma série de profetas enviados por Deus, que inclui Abraham, Noé, Moisés e Jesus. A maioria considera o registro histórico das ações e ensinamentos do profeta, relatadas na Sunna e o Hadiz como meios indispensáveis para interpretar o Alcorão (COGGIOLA, 2011, p.2).

O Islamismo²³ iniciou-se com os ensinamentos do profeta Muhammad²⁴ (Maomé), ao qual penetrou no Irã com a invasão árabe nos meados de 630 d.c e foi

²² O Zoroastrismo é uma religião monoteísta com raízes persas, criada por Zoroastro. Considerada como uma das primeiras manifestações de um monoteísmo ético.

²³ O islã constitui um religião da palavra revelada, segundo o ponto de vista de um homem de fé, por Deus a um homem, escolhido pelo próprio Deus para ser seu mensageiro. (PACE, 2005, p.25)

²⁴ De acordo com (PACE 2005) tornou-se profeta em fase avançada de sua vida. Antes disso era membro de um clã (hachemita) dos curaichitas, provindo da cidade de Meca. Com infância pobre, logo crescido

formalizado como religião no século XVI. “O islã se torna um objeto sociologicamente relevante no momento em que ele é assumido como um mapa cognitivo que orienta o comportamento social de indivíduos de carne e osso, interagindo passivamente ou ativamente com as situações reais do domínio político” (PACE, 2005, p.12).

O Islamismo também possui correntes ideológicas distintas. Dentre as que mais se destacam são o Xiismo e o Sunismo. O xiismo apesar de representar em média 15% da população muçulmana, é a corrente predominante no Irã. O sunismo representa em todo mundo mulçumano 80%. Estas correntes vivem em tensão por não concordarem com o sucessor do profeta a partir da quarta geração.

Os Xiitas acreditavam na linha sucessória hereditária fruto de uma pureza profética, ao contrário dos sunitas que defendiam a liberdade de escolha para o líder supremo da religião. A caracterização e diferenciação entre os Xiitas e Sunitas são relevantes para uma melhor compreensão do trabalho, onde debateremos construção da identidade do povo iraniano, de predominância xiita, no segundo capítulo. De maneira didática Pace (2005, p.11) elucida estas características através do quadro explicativo abaixo:

Tabela 1²⁵

	O profeta	O Alcorão	A direção da comunidade	O corpo dos especialistas	A visão do fim dos tempos
Sunitas	Muhamed fecha a profecia	Revelação clara e definitiva da lei divina	Califa como fiador na terra da verdade revelada	Composto por funcionários sem particulares em cargos sagrados	Espera do dia do Juízo
Xiitas	Novo Ciclo Profético	Sentido Manifesto e Sentido escondido	Iman como líder religioso e espiritual	Composto por especialistas nas coisas sagradas	Espera da volta do Imam escondido

O Islã é um dos principais fios condutores da sociedade iraniana. “O xiismo iraniano tem ótica e premissas estruturantes próprias” (GOMES, 2007, p.35). A religião

virou mercador. Casou-se com Khadija bint khuway-lind, viúva e rica. Vivendo ao berço sagrado da cidade de Meca, onde havia um santuário a Caaba, possuía uma vida religiosa e regrada aos princípios morais e da fé. Para saber mais da vida do profeta, ver “A sociologia do Islã” Enzo Pace, 2005, rio de janeiro, Ed. Vozes.

²⁵ Esta tabela esta situada no livro do autor italiano Enzo Pace (*tradução*) “A Sociologia do Islã”, (2005), Petrópolis, Ed. Vozes.

xiita é proposta no campo das idéias, base do construtivismo de Wendt, em especial a idéia da unidade divina como estrutura. O que concorda com a teoria construtivista de Wendt, quando alega que são as idéias que movem os atores. Neste caso, a ideologia religiosa foi crucial para que as classes populares se engajassem no projeto proposto por Khomeini da consolidação de uma República Islâmica. A fé xiita só pode ser compreendida através das vivências e representações.

O Islã é, assim, essencialmente, uma verdade e uma lei – ou a Verdade e a Lei –, a primeira respondendo a inteligência e a segunda à vontade. É assim que o islã almeja abolir a incerteza e a hesitação, e a fortiori o erro e o pecado: o erro de que o absoluto não é, ou que ele é relativo, ou que há dois absolutos, ou ainda que o relativo é absoluto; o pecado situa esses erros no plano da vontade ou da ação (SCHUON, 2006, p.18).

No islamismo não podemos desvincular a política da religião como também o sagrado do real. Ambos são agentes constitutivos da sociedade islâmica, em especial no Irã. Gomez (2007, p.15) afirma que para os islamitas a história é onde o sagrado se materializa. No Islã a história homologa a fé. Ela é politizada e politizante, nada menos que a arena do sagrado. Para Khomeini é através da política que o homem pode cumprir o objetivo divino de levar justiça social ao povo, ao qual é retribuído pela vigilância e o combate a governos injustos e impuros.

A convivência forçada pela globalização cada vez mais intensa entre culturas e civilizações distintas, a compreensão do fenômeno religioso em sua plenitude se defronta com inúmeros desafios. O mais urgente deles é a incorporação da dimensão do conhecimento entre a inteligência e a espiritualidade; e mais ainda, de forjar uma aliança entre o conhecimento e o sagrado (AZEVEDO, 2006, p.10).

A Sha'ria representa o código de conduta de normas e leis para os indivíduos muçulmanos seguir embasando-se no Alcorão²⁶ e no Hadice²⁷. Para os Xiitas o Hadice é importante, pois são estudos derivados do comportamento do Profeta no plano terreno. “A Sha'ria serviu como um conjunto de idéias utilizadas pelos juizes para fazer

²⁶ O Alcorão é um texto sagrado composto por 114 capítulos, que remontam o período inicial do profeta em Meca e posteriormente em Medina. Livro sagrado do Islã, revela a palavra de Deus confiada ao profeta Maomé.

²⁷ São artigos que completam e formam o Corão, que fundamentam a tradição ortodoxa. (Lacoste, 1991, p.218)

juízos e dirimir litígios. É derivada da *fiqh*²⁸. Na verdade funciona como lei” (GOMES, 2007, p.16). Para a sociedade islâmica, em especial, a de predominância xiita, como a iraniana “a religião tem um papel doutrinador e de estabilizador social” (KEPEL, 2003, p. 167).

O uso do Islã como fundamento político ocorreu no início do século XX. O objetivo era utilizar a religião como base social política para frear os avanços da ocidentalização com propostas democráticas e liberais, que se expandia e propagava-se na região pelo Governo turco de Kemal Ataturk²⁹. O que caracteriza a dinâmica da materialização do poder das idéias dos agentes como influenciadores da estrutura, segundo Wendt (1999).

O país sofria com uma rápida modernização no campo político e cultural. “O Xiismo denota uma história de fervorosa resistência às imposições estrangeiras” (GOMES, 2007, p.39). O clero xiita atuava como educador de uma sociedade que apresentava altos índices de desigualdade e miséria. Os santuários tornaram-se referências para a comunidade nos centros urbanos. O próprio Clero sofreu com a redução de suas escolas teológicas autônomas, devido a proposta do Xá de construção de escolas modernas para a população.

Na doutrina Xiita, o clero tem sua própria hierarquia e é organizado sob lideranças dos Aiatolás, entre os quais os mais estimados são modelos a serem imitados. Eles gozam de grande independência em relação ao poder político, ao declararem uma obediência de fachada (KEPEL, 2003, p.167-186).

O envolvimento dos religiosos no processo revolucionário iraniano ganhou força através desta liberdade e contato com a massa populacional. Ao contrário do clero religioso o Xá Reza Pahlevi promovia uma política diferenciada. Distanciava as bases populares e as classes emergentes do acesso aos debates políticos promovendo uma ditadura com grande repressão ideológica e física, financiadas pelos desmandos de sua

²⁸ A *fiqh* é uma técnica primitiva semi-jurídica de interpretação das fontes religiosas cuja precípua função era dirimir tensões no cotidiano social-religioso (GOMES, 2007, p.14)

²⁹ Kemal Ataturk – Militar, foi o fundador do Estado republicano da Turquia com o a derrota do Império Turco-Otomano na I Guerra-Mundial. Líder do Movimento nacional Turco para a proclamação da independência. Foi formulador de um programa de reformas políticas, econômicas e culturais. O que destaca a ocidentalização do Estado Turco com políticas liberais e laicas. Proposta inconcebível para o clérigo muçulmano. Para ver mais sobre este processo turco, ler www.bbc.co.uk/history/historic_figures/ataturk_kemal.shtml.

polícia política, a SAVAK³⁰. Principalmente os comerciantes que ganhavam maior notoriedade no cenário social com a explosão do petróleo e o crescimento das cidades.

O Aiatolá Khomeini, líder religioso, exilado em 1964 pela ditadura do Xá, era extremamente contrário as idéias promovidas pelo Xá. Khomeini utilizou-se da ideologia religiosa xiita para fomentar as bases revolucionárias de 1979. Khomeini ignora qualquer ruptura da fé com a política. Para ele “o sagrado aguça, isto é, mobiliza os homens a lutar pelo espaço político a fim de construir um governo puramente islâmico, que se tornará abençoador dos homens e de toda a humanidade” (KHOMEINI, 1981, p.300 apud GOMES, 2007, p.49).

Em bases antimodernistas, Khomeini conseguiu mobilizar a massa, a classe média emergente e os esquerdistas que eram os jovens militantes que interpretavam o xiismo sob a ótica revolucionária, inspirados no marxismo e nos conflitos terceiro mundistas (KEPEL, 2003, p.66).

O Islã a partir da década de 50 apresentava-se de duas formas. O islã tradicional e o erudito. O Islã tradicional caracterizava-se pelo apelo popular da devoção às figuras divinas simbólicas. O Islã erudito estava presente no período pré-revolucionário de 1979, mais engajado na sociedade representando a esfera do conhecimento intelectual, proposto pelos construtivistas, agindo no campo subjetivo da estrutura e intersubjetivo do divino, pois “eram baseados na leitura e na exegese das Escrituras Sagradas pelos religiosos especializados, os Ulemás³¹” (*ibdem*, p.80).

Segundo Kepel, o clero Xiita ficava distante do poder, devido às políticas contrárias do Xá que tendiam a promover um Estado laico. No entanto, o clero tinha nas mãos uma burguesia religiosa e uma juventude própria. Apesar de todo este embate, o clero xiita em especial, os Ulemás não tinham a mesma pretensão que Khomeini de transformar o Irã em um Estado teocrático. Seu objetivo era reconquistar a autonomia de suas escolas religiosas e de suas obras sociais (*ibdem*).

Eles não possuíam um desejo que do ponto de vista religioso, seria considerado impuro, pois este poder está a espera do retorno do Imã,

³⁰ A savak era a polícia política do Irã na época da ditadura do Xá. Repreendia qualquer acesso a política da população, com exceção daqueles que faziam parte da cúpula do governo. A savak possuía estreita relação com o exército israelense e dos EUA, antigos aliados do regime. Devido as sucessivas práticas de tortura, com a eleição de Jimmy Carter em 1975 os O Irã do Xá perde o apoio dos EUA. (COGGIOLA, 2008).

³¹ “Os Ulemás de acordo com kepel (2003) são estudiosos de escolas religiosas, possuem o conhecimento socialmente reconhecido pelo Corão e pelo Hadith (acervo das tradições dos profetas).

que se encontra escondido, esperando o retorno do Messias, que trará luz e justiça as trevas e à iniquidade do mundo (KEPEL,2003, p.168).

As crises econômicas, políticas e sociais enfrentadas pelo governo do Xá, foram outras variáveis importantes para a consolidação da Revolução Iraniana, que desencadearam revoltas da população, logo reprimidas severamente pela SAVAK. Esta instituição que foi alvo de críticas e razão do rompimento do governo iraniano com EUA, depois da eleição de Jimmy Carter, o qual implantava em sua agenda externa, políticas de direitos humanos. Khomeini, “herdeiro do fervor religioso na luta contra governos injustos, construiu na revolução dos Aiatolás a unificação das três linguagens políticas: o nacionalismo, a justiça social e o Islã” (GOMES, 2007, p.3).

Apesar dos movimentos realizados em oposição ao governo do Xá, a sociedade iraniana não possuía grande capacidade de mobilização. Era preciso um líder e uma ideologia partidária para a concretização da revolução. Khomeini conseguiu que suas idéias fossem aceitas pela população através da propaganda do clero xiita. Khomeini propôs a construção de um Estado teocrático a partir da consolidação de uma República Islâmica. Suas idéias eram contrárias à influência da globalização cultural imposta pela modernização e domínio do ocidente. “Khomeini instigou na Revolução Iraniana a politização da fé amalgamando líderes e populares, lembrando que o profeta Maomé era antes de tudo um político” (GOMES, 2007, p.45).

A vitória do discurso islâmico foi possível graças a notável capacidade de Khomeini para unificar os diversos componentes, tantos religiosos quanto laicos, de um movimento que, inicialmente, fora impulsionado pelo ódio ao Xá e ao regime do Governo, no qual cada um poderia enquadrar seus fantasmas políticos particulares, sem jamais ser desiludido até a série de expurgos que se seguiu à tomada do poder (KEPEL, 2003, p. 173).

O governo islâmico foi instituído em março de 1979. Tornou-se referência para o estudo das relações internacionais, por ser palco de uma revolução social embasada em princípios antimodernistas, não só por serem frutos do resgate de uma identidade coletiva islâmica xiita que sofria o processo de globalização cultural impostos pelo domínio e a influência dos países ocidentais. Como também por ser exemplo do sucesso de uma revolução, o qual a sociedade lutou contra um governo tirano, corrupto e

belicista, que gerava grande desigualdade social e disseminação da pobreza. Fenômeno que explicaremos logo em seguida neste trabalho.

2.2 – A Globalização e Identidade Cultural sob a ótica da revolução iraniana

Escrever sobre a identidade iraniana requer que realizemos uma viagem aos antigos séculos da antiguidade. A História do povo iraniano é traçada por conquistas e derrotas territoriais ao longo do tempo. Diversos povos de diferentes culturas habitaram a região do planalto iraniano, provenientes das sucessivas guerras com os Impérios e as grandes Dinastias da região. O Estado iraniano é fonte de uma cultura heterogênea, o povo espelha-se na história de seus mártires, para a formação de sua identidade.

As principais tribos que se estabeleceram na região foram as tribos arianas³², medos ao norte e persas ao sul. “Pela situação geográfica favorável a região sempre foi alvo da cobiça de seus vizinhos” (COGGIOLA, 2008, p.21). Contudo quem predominou o poder na região foram os Persas. Domínio que marca uma cisão temporal na história da região com a chegada ao poder de Ciro³³ II em (550 a.c) e a consolidação do auge do império sob administração de Dario I.

Todo este processo histórico no período da antiguidade interferiu na construção da identidade persa.³⁴ Se acreditarmos que o fenômeno da globalização advém do período das dominações dos grandes impérios, como defende Seitenfus (2004), fica notório a influência da interação cultural dos povos dominantes, como determinante para a formação cultural heterogênea do povo persa. Segundo Hall (2006, p.67) a globalização é um agente transformador da cultura de um povo.

A religião é outro agente construtor da identidade iraniana. Segundo Gomes, “as invasões árabes por volta de 630 (d.c) introduziram o Islã no Irã, mas apenas em 1502 a dinastia Safávida³⁵ implementou o xiismo como religião oficial” (2007, p.13). A

³² Os arianos segundo Coggiola (2008), em tradução do termo “ayriano” significa nobre, bom, extensão da nobreza.

³³ Fundador do Império Persa. Continuidor da Dinastia dos Aquêmenes. O estado aquemênida extinguiu-se no século IV (a.c) quando Alexandre Magno, Rei dos Macedônios, derrotou o último dos seus monarcas.

³⁴ Civilização primitiva iraniana, antes chamada de persa.

³⁵ Fundada por Ismail em 1501, a Dinastia Safávida apesar de ser um dos mais curtos Impérios Islâmicos, foi de extrema importância para a história do Irã moderno. Marca o período de transição cultural e

história cultural adquire novas dimensões quando expomos o campo religioso, principalmente quando exploramos o xiismo iraniano. “O Islã iraniano teve seu próprio perfil, diferente do restante do mundo muçulmano. Os persas adaptaram a forma xiita heterodoxa do Islã, utilizando-a, inclusive, como uma arma contra os chefes supremos árabes” (COGGIOLA, 2008, p.22).

A imposição cultural, a ruptura com as identidades tradicionais dos países locais, são demonstrações da força dominatória que outras culturas ou civilizações impõem quando invadem ou dominam sociedades mais frágeis politicamente. O Irã ou Império persa ao longo de três séculos sofreu com a imposição da cultura árabe. Primeiro a instauração da língua, dos escritos históricos e científicos e segundo pela religião. Retrato da modernidade e das sociedades contemporâneas que naquela época já vivenciavam sintomas da colonização, do imperialismo e consecutivamente da globalização.

Observamos dois fenômenos que pesquisadores como Hall defendem estarem atreladas ao mundo contemporâneo ou pós-moderno, ocorridos a vários séculos atrás. Apesar da tentativa árabe de apagar qualquer rastro da identidade persa através do surgimento de uma nova identidade, identificamos que traços culturais foram mantidos, revelando que a homogeneização cultural foi determinante para a formação da sociedade persa. (2006, p. 69).

No fenômeno Xiita observa-se que as raízes culturais persas aglutinam diversos componentes de seu fervor religioso. [...] Este fervor xiita e a antiga majestade persa encontram na apropriação do martírio de Hussein³⁶ uma identificação profunda tanto com o senso de justiça Zoroastra³⁷, como na perspectiva de um retorno ao glorioso passado da casa profética em Medina. Já o mito de Karbala³⁸ cristalizou-se como a glória da resistência política protagonizando uma fé indelével na psique iraniana (GOMES, 2007, p.43).

O Irã presenciou três séculos de estagnação cultural e social. O Estado persa não conseguiu se impor diante as forças imperialistas russas e inglesas que expandiam suas conquistas na região pelo mesmo argumento da posição estratégica, motivo da cobiça de

religioso com a implementação do Xiismo como religião oficial e do sentimento nacionalista do povo Persa. Encerra-se em 1722 com a invasão do império pelos afegãos.

³⁶ Hussein, neto de Maomé é lembrado pelo massacre da Ashura. Líder religioso muçulmano xiita, ele e seu povo foram massacrados. Homens, mulheres e crianças foram executados pelas forças opositoras.

³⁷ Zoroastra assim chamado pelos gregos, foi o fundador do zoroastrismo, primeira religião monoteísta ético.

³⁸ Cidade iraquiana importante para os Xiitas devido a ocorrência da batalha da Ashura.

grandes impérios pela região do planalto iraniano. A Inglaterra tinha como objetivo expandir seu império colonizador e angariar mais mercados consumidores ao leste. A descoberta do petróleo no final do século XIX foi determinante para o prosseguimento da história no século XX.

Em pressupostos religiosos, a economia estaria sobre limitações nos países árabes. O Islã limita as ações econômicas de seus seguidores. A especulação financeira é proibida perante a Sha'ria. O muçulmano deve receber os frutos de seu trabalho e não de vias que busquem o proveito egoístico de enriquecimento individual. No entanto, “os acontecimentos históricos fizeram com que na modernidade a esfera econômica se libertasse progressivamente de toda ingerência religiosa” (PACE, 2005, p.204).

O capitalismo com pressupostos neoliberais democráticos, também invadiu o Irã, provocando uma reviravolta com reformas estruturais na sociedade, na política e na economia. O país que iniciava sua trajetória no século XX era dependente do capital inglês, que explorava os poços de petróleo iranianos em troca de apoio político, financiando a dinastia Pahlavi no poder, ao qual através de um golpe de estado retomou o governo que se encontrava nas mãos dos Ulemás, depois da revolução constitucionalista no início do século.

Como disse anteriormente, é inegável o caráter econômico que a globalização está atrelada. Por vias econômicas a globalização adentrava ao país. A influência ocidental a cada dia refletia mais nas ações e decisões do governante. Os Estados árabes ficaram submetidos as imposições econômicas dos países ocidentais. A descoberta e a exploração do petróleo proporcionaram um crescimento assustador das reservas financeiras nos cofres destes Estados, em especial o Irã.

Os modos de vida e as instituições sócias características do mundo moderno são radicalmente diferente mesmo das do passado recente. Durante um período de apenas dois ou três séculos- uma fração de minuto no contexto da humanidade -, a vida social humana foi arrancada dos tipos de ordem social em que as pessoas viveram por milhares de anos (GIDDENS, 2005, p. 53)

Os resultados da entrada do Irã no sistema capitalista e a contribuição da globalização promoveram uma onda de urbanização. Com o desenvolvimento tacanho das cidades, a população que sofria com a miséria no campo, migrou para as cidades em busca de melhores oportunidades. Passaram a surgir novas classes sociais, a industrialização se expandia promovendo emprego e desenvolvimento. Contudo, a

classe governante do Estado mantinha a população distante da política, o que agravou o descontentamento da população com o Xá, anos mais tardes.

As propostas políticas que a dinastia Pahlavi defendia incomodavam a sociedade tradicional muçulmana; ele considerava-se engajado ao mundo ocidental, que conforme ao sucesso das reformas modernas turcas, acreditava na viabilidade de ocidentalizar o país, interferindo em uma sociedade tradicionalista, enraizada em processos históricos de lutas, que dificilmente aceitaria por muito tempo a submissão de outros povos.

De acordo com Gomes a identidade cultural islâmica xiita deriva da inflexão de elementos externos (modernidade, globalização, religiões e secularismo) sobre os paradigmas internos de política e sacralidades islâmicas (2007, p. 48). A identidade iraniana que era tão heterogênea na época de sua consolidação social, no período já não se encontrava tão aberta às mudanças que a modernidade produz. A globalização e suas transformações que estão conjecturalmente atreladas não foram bem recebidas pelos iranianos. “As sociedades islâmicas possuem dificuldades com a modernização” (HUNGTINGTON, 1997, p. 93). Principalmente quando esta modernidade é vinda dos países ocidentais, os quais para os muçulmanos são considerados impuros.

Como argumenta Hall, com o processo da globalização, novas identidades foram formadas ou transformadas, produzindo outras identidades e às vezes reforçando as já existentes (2006, p. 69). As mudanças que a modernidade ou a globalização cultural produz geraram um descontentamento em parte da população, como já foi comentado. Hall continua seu fundamento argumentando, de que o fortalecimento das identidades locais pode ser visto como uma forte reação defensiva a toda esta onda de globalização cultural (2006, p. 85). Este exemplo pode ser incorporado em nosso estudo de caso da sociedade iraniana e seu comportamento na pré-revolução de 1979.

Ao longo do século, novos mecanismos ideológicos foram produzidos e construídos para frear toda esta globalização cultural e influência do exterior. O nacionalismo é uma ideologia provinda do ocidente, não foi bem aceita apesar de ter sido incorporada por alguns membros do mundo islâmico com o objetivo da libertação dos países frente à colonização e imperialismo europeu, ou ocidental. Segundo Kepel (2003, p. 49), eles se apropriaram dos meios de comunicação, fragmentando o islã histórico, reproduzindo os ideais escritos do Islã em adaptação aos ideais iluministas europeus. O que gerou um descontentamento entre os líderes religiosos da época.

O clero religioso islâmico, como já foi comentado, assume um papel fundamental na formação da identidade do povo iraniano. Essa influência parte das

famílias, das instituições religiosas e as vezes do próprio governo. Através de suas escolas básicas, o clero assume a responsabilidade na construção educacional do jovem iraniano, obrigado a frequentar estas escolas para aprender os pressupostos religiosos e sociais. Há uma busca pelo reforço as tradições antigas e históricas de seus mitos. O viés religioso torna-se relevante agente construtor social e político.

Kepel (2003, p.50) retrata que os intelectuais nacionalistas eram geralmente oriundos das escolas de estilo europeu implantadas no mundo muçulmano, e que após alterarem estes registros culturais e sociais, propuseram a adaptação das políticas laicas no Estado. Em desacordo com estas propostas e estas reformas, surgiram teóricos religiosos, ou seja, grupos que não comungavam com estes ideais. Eram grupos que projetavam uma recuperação ou reconstrução dos pressupostos religiosos islâmicos que haviam sido perdidos ou enfraquecidos ao longo do tempo pelo domínio das potências globais e ocidentais no país.

O mundo como todo tem algumas propriedades sistêmicas que excedem as unidades dentro dele. Devemos ressaltar, por outro lado, que tais unidades são, em si, construídas em função de processos e ações 'extralocais' no contexto das crescentes dinâmicas globais (ROBERTSON, 1999, p.259).

Ao aplicarmos o conceito na própria sociedade iraniana, percebemos que a Revolução representa um contra-ponto para o sistema internacional da época da Guerra-fria quanto para as sociedades e os Estados da época. "A sociedade iraniana representa um legado histórico para humanidade. As tensões entre sua cultura e as imposições estrangeiras, ecoavam na população local e nas minorias xiitas espalhadas pelo mundo" (GOMES, 2007, p.61).

A influência do global, sobrepostas nas medidas do governo do Xá, provocaram uma reação do local. Sobretudo das identidades tradicionais religiosas iranianas, o que culminou na revolução de 1979, liderada pelos Aiatolás. Contudo este fenômeno histórico não se limitou a suas fronteiras locais. A Revolução Iraniana desencadeou tensões e protestos não só na região como em todo o mundo, promovendo questionamentos e tensões no mundo muçulmano ou como defende Gomes (2007, p.61), em todo o lugar em que a semente do Islã, em especial o xiita, houvesse sido implantada.

Em certos momentos o mundo muçulmano demonstrou à ineficiência de promover uma resistência eficaz à onda imperialista ocidental. Teóricos como

Huntington (1997) defendem a fragilidade destes Estados ou o fracasso das estruturas dos mesmos. Os grupos sociais necessitavam mobilizar-se de alguma forma, primeiro contra os governos tiranos; segundo pela corrupção existente nestes governos; e terceiro pelas propostas transformadoras em que a população estava submetida devido a abertura política econômica ao qual o Xá proporcionava.

Fundamentados em quebrar com a ordem vigente no país, grupos sociais religiosos islâmicos em especial os fundamentalistas, se utilizaram deste argumento para imprimir uma proposta de resgate ao Islã primitivo, afirmando sua identidade e suas próprias crenças. Este processo de reconstrução identitária, promoveu discussões e debates em todos os setores da sociedade. O fato é que foram estes fundamentalistas que resgataram através do conservadorismo pressupostos ideológicos revolucionários através da religião, para mobilizar a população e promover a revolução em 1979. Sobre este tema debateremos melhor no capítulo seguinte.

2.3- O fundamentalismo islâmico na consolidação da Revolução Iraniana.

Para compreendermos inicialmente o fundamentalismo islâmico na Revolução Iraniana, é necessário nos embasarmos na formação da identidade islâmica xiita. A religião islâmica apresenta um caráter determinante na formação da identidade iraniana. Khomeini propôs sobre uma ótica religiosa xiita, a reconstrução da estrutura social iraniana através da formação de um Estado Islâmico. Por estes objetivos, assumiu seu caráter fundamentalista, através da articulação do Estado sob a ótica religiosa fundamentada na politização da fé, premissa do fundamentalismo religioso islâmico.

Castells (2006, p. 30) argumenta que o fundamentalismo islâmico está no cerne de várias questões, como identidade reconstruída e como ideologia política, ao qual condiciona em certa parte o futuro do mundo. O Islã significa submissão e um muçulmano é alguém que se submeteu à vontade de Alá. A sociedade ocidental, principalmente a midiática tende a encarar e generalizar a figura do Islã, muçulmano ou islamita como violento e fundamentalista. No entanto, nós pesquisadores temos que discernir e fragmentar tais conceitos etnocêntricos e segregatórios.

O Islã é o conjunto de povos que disseminam e seguem a religião islâmica, ou o Islamismo. O muçulmano é o seguidor da fé islâmica, também chamado de islamita. Nem todos os muçulmanos são árabes, distorção conceitual existente entre teóricos

ocidentais. O mundo muçulmano é repleto de grupos sociais e etnias. Além das diferenças étnicas ainda existem limitações geográficas que impedem este conceito. Os árabes correspondem a apenas 18 % do mundo muçulmano. Além do que nesta amostra ainda identificamos cisões como o nosso objeto de estudo, que é o Irã, de origem Persa.³⁹

Outro conceito distorcido para nós ocidentais é o da Jihad. Segundo Gomes o real sentido da Jihad não denota guerra armada, antes significa o esforço para seguir a Deus, ou ainda: Esforço supremo para a obediência, gerando um apelo a fidelização espiritual e não ao Belicismo (2007, p.50). A grande celeuma da questão, que os fundamentalistas, os quais podemos denominá-los como grupos políticos, utilizam-se dos preceitos religiosos para a promoção de suas ideologias belicistas e políticas. A religião é integrante da identidade cultural de um povo, uma ferramenta que mobiliza as massas com capacidade de promoção de lutas e mobilizações contra regimes políticos autocráticos.

Para Khomeini o problema do mundo muçulmano decorria diretamente da incredulidade e da falta de engajamento político na materialização da Fé. Contrariando as perspectivas materialistas e deterministas, a revolução iraniana teve o binômio religião/cultura como o ativo primário de sua mobilização social e política (GOMES, 2007, p.74).

A ideologia do islamismo moderno surge na década de 20, período de grande turbulência e desorganização sócio-política no mundo muçulmano. Era época de apogeu do colonialismo e imperialismo europeu na região. O próprio Irã sofria com a dominação inglesa e russa, o qual dividia o país de norte a sul. A dinastia do Xá era o governo político responsável em ceder para as companhias inglesas a concessão pela exploração do petróleo, o ouro negro recém descoberto pelo iranianos.

O mundo islâmico foi abalado pelo desaparecimento do califado otomano, abolido em 1924 por Kemal Ataturk, primeiro presidente turco. “O Califado, que simbolizava a união dos fiéis muçulmanos do mundo inteiro, deu lugar a República turca, nacionalista e leiga” (KEPEL, 2003, p.53). A proposta da irmandade muçulmana liderada por Hassan al Banna (1906-49) era resgatar a influência do Islã político fundamentado no Corão como constituição nacional, através do escrituralismo. Proposta primitiva do que se tornaria mais tarde, idéias fundamentalistas islâmicas.

³⁹ Os dados levantados referem-se a um questionário realizado para esclarecimento de algumas questões sobre o mundo muçulmano no site <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/islamismo/perguntas.html>.

Anos mais tarde, a revolução cultural do Islã foi o projeto que revitalizou através de suas correntes tradicionais a força política ideológica do Islamismo na sociedade muçulmana. Três figuras lideraram estes esforços; Mawdudi⁴⁰ e Sayyid Qutb⁴¹, ambos líderes sunitas e Rulluah Khomeini, Aiatolá líder da Revolução Iraniana. Segundo Kepel estes teóricos e líderes religiosos apresentam três diferentes tendências: Qutb preconiza uma ruptura radical com a ordem estabelecida. Contrariamente, Mawdudi acreditava que o Estado Islâmico deveria ser instaurado gradativamente. Já Khomeini aplicará sua ideologia em todas as camadas sociais, conseguindo assim deflagrar e promover a revolução iraniana (2003, p.48).

A primeira medida tomada pelo clero islâmico foi no campo cultural e social. “La refutación del integrista islámico no se realiza a partir de um Occidente cuya decadência está anunciada, sino desde El interior: a partir del mensaje del corán” (GARAUDY, 1990, p.13). A concepção fundamentalista acreditava que antes de combater os adversários externos que comprometiam a cultura e identidade muçulmana através do domínio político e social, seria necessário mobilizar a massa e resgatar os valores da identidade nacional. “Estes argumentos revelam que a ideologia tenta primeiramente combater os infiéis que introduzem a corrupção na comunidade muçulmana” (GIDDENS, 2005, p.447).

O fundamentalismo, inclusive, refrata tanto os inimigos externos como os conterrâneos que adotam uma perspectiva mais liberal à modernidade. De certo modo, o fundamentalismo é um dos lados sombrios da experiência moderna. Nos tempos modernos, jamais os fundamentalistas dispuseram de meios tão eficientes para remodelar sua sociedade, também nunca os desafios secular-democráticos foram tão incisivos sobre as comunidades muçulmanas (GOMES, 2007, p.115).

O mundo muçulmano estava repleto de ideologias nacionalistas e liberais. No Irã, o Xá Reza Khan com o apoio dos ingleses chega ao poder através de um golpe de Estado, destituindo o governo dos Ulemás. Esse apoio fez com que se estreitassem os laços entre o país e o ocidente, realizando manobras políticas inclinadas a laicizar o Estado e tornar assim o país uma Republica Ocidentalizada. Em 1935 o país deixa de se

⁴⁰ Líder modernista do Islã, paquistanês, (1903-79). Para compreender melhor a história deste Líder político religioso ver KEPEL, Gilles, “Jihad, expansão e declínio do Islamismo” (2003), p. 60-65), Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do exercito.

⁴¹ Líder egípcio do Islã. Sunita, foi morto em agosto de 1966 pelo exercito de Nasser por defender reformas modernas do Islã. Para entender melhor sobre o processo, ver KEPEL, Gilles, “Jihad, expansão e declínio do Islamismo” (2003), p. 60-65), Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do exercito.

chamar Persa para receber o nome de Irã, terra dos arianos, como manobra do Xá para apagar qualquer dissidência árabe da história do país.

A década de 40 foi conturbada para o país. Com a abdicação do trono por Reza Khan para o seu filho Reza Pahlevi, por desconfiança dos ingleses devido a simpatia do Xá com os Nazistas, o Irã perde um pouco de seu apoio e legitimidade no cenário internacional. Sendo recuperado com a assinatura da Declaração de Teerã⁴² em 1946. O país não possuía legitimidade e força política no cenário internacional.

Poços de Petróleo continuavam a jorrar o ouro iraniano beneficiando os ingleses e algumas potências ocidentais como os EUA, maior vencedor da II guerra Mundial, enquanto a população enfrentava problemas sociais, como miséria, fome e uma enorme desigualdade social. Frutos da falta de políticas públicas do governo iraniano. “O interesse da Grã-Bretanha no Oriente Médio, em especial no Irã, era imprescindível para a manutenção de sua posição como potência mediterrânea e mundial, tanto pelos dividendos petrolíferos como pela sua estratégia política para o Oriente” (GOMES, 2007, p.54).

O nacionalismo chega ao Irã, com a revolução de 1951, encabeçada pelo líder político Mossadegh⁴³, que “defendia uma legalidade constitucional democrática e não um governo islâmico” (GOMES, 2007, p.58). Com dois anos no poder, nacionalizou os recursos minerais e fortaleceu as instituições políticas contra o imperialismo. Logo é destituído do poder, com o retorno do Xá Reza Pahlevi e o apoio dos EUA. Novo ator na região, o qual tinha como interesse além do controle, impedir o avanço dos Soviéticos aos poços energéticos mais lucrativos do mundo.

O apoio de boa parte da população iraniana às reformas de Mossadegh no início da década de 50 permaneceu aceso dentro da população. Perder um governo que permitiu sólidos avanços sociais era mais do que o povo iraniano, agora desperto, se dispunha a aceitar. Era o fervor xiita ainda mais latente com a experiência da soberania política vivida nesta época (GOMES, 2007, p.60).

Segundo Kepel o islamismo iraniano se desenvolvia em dois eixos: “De um lado jovens militantes reinterpretavam a doutrina xiita sob a ótica revolucionária, inspirando-se no marxismo, do outro uma parte do Clero fazia oposição ao Xá com bases em conceitos anti modernistas” (2003, p.66). Khomeini tomava posição contrária aos

⁴² “Promovia acordos de exploração petrolífera em troca da garantia de soberania e integridade territorial do país” (GOMES, 2007, p. 53)

⁴³ Era um nacionalista religioso. Iniciou uma campanha de nacionalização do Oil Anglo-iran Company, quando era primeiro-ministro em uma luta pela soberania econômica.

projetos de Revolução Branca⁴⁴. Enquanto o Clero mantinha-se distante do poder, Khomeini engendrava uma política de oposição radical ao regime. “O resgate do islã xiita representava uma via segura para o binômio: justiça social e soberania” (GOMES, 2007, p.62)

As críticas oposicionistas tornaram-se cada dia mais veementes de Khomeini em relação ao Xá. “Tal atitude valeu ao religioso um exílio de quase 15 anos, do qual ele construiria sua teologia política da futura Republica Islâmica, de onde ele retornaria em fevereiro de 1979” (KEPEL, 2003, p.164). As denúncias prolongaram-se durante todo o seu exílio no Iraque e depois na França. De longe Khomeini tecia críticas ao governo e construía sua plataforma revolucionária, tanto ideológica quanto ativista ou prática.

A década de 60 foi marcada por revoltas populares devido às medidas de modernização do Irã. Segundo Gomes eram medidas que garantiam a emancipação da mulher, a presença de estrangeiros no governo do país, distribuição de terras para os grandes produtores e exploradores de petróleo e implantação de escolas livres e laicas na educação básica do país (2007, p. 65). As medidas beneficiavam apenas uma pequena camada da população, os aristocratas e os burgueses. As privatizações e grandes empréstimos fizeram com que o país se endividasse. O alto índice de corrupção na política também era um agravante para a situação do Irã nas décadas de 60 e início de 70.

Em meio a crescente convulsão social, a polícia secreta Savak promovia torturas, desaparecimentos e execuções. Tais episódios serviam para fortalecer a liderança de Khomeini como emancipador político e espiritual do povo iraniano, principalmente como antagonistas aos EUA e Israel, a quem denunciava repetidamente como os senhores do Xá. (GOMES,2007, p. 65)

As revoltas populares marcaram a década de 70. No início houve a revolta dos Fedains, movimento de esquerda influenciado pelos movimentos esquerdistas mundiais. Os fedains defendiam a aplicação no Irã de modelos como o de Che Guevara ou de Mao. O movimento culminou em um grande derramamento de sangue, resultado da repressão violenta da Savak. O que vale salientar é que estas revoltas esquerdistas não proporcionaram um engajamento da população, pois tais ideais não soavam bem ao

⁴⁴ Revolução proposta pelo Xá, pós retorno ao poder e queda de Mossadegh. Tinha como propostas a reestruturação social, política e econômica e questionava os poderes do clero xiita.

tradicionalismo xiita. Estes eram movimentos originados por jovens que tiveram acesso ao mundo intelectual externo ao país de acordo com Kepel (2003).

Khomeini soube aproveitar as adversidades das camadas sociais. Os anseios do povo foram ideologicamente transformados em oposição contrária a dinastia do Xá. Houve toda uma construção do discurso do Aiatolá para que houvesse o engajamento da população na luta pela manutenção da identidade coletiva iraniana. Uma revolução que apenas precisava de um líder e uma identidade para iniciar seu estopim. Com a publicação de um artigo jornalístico contrário a Khomeini em janeiro de 78, a oposição toma partido em pró de Khomeini promovendo movimentos nas ruas e fechamento das portas dos comércios.

Por meio do discurso religioso, eles conseguiram colocar nas ruas, lado a lado, os estudantes dos madraçais e os jovens pobres das cidades, que seriam abatidos como mártires pelas balas da polícia, enquanto as cooperativas do bazar destinavam recursos financeiros as vítimas e suas famílias. A radicalização do movimento permitiu a essa corrente fundamentalista, mobilizar a toda rede de mesquitas, e a maioria dos mulás, até então reservada à doutrina de Khomeini, passou a apoiá-lo (KEPEL, 2003, p.171).

As classes modernistas e laicas que não possuíam identidade com relação ao xiismo, tiveram que se submeter ao regime dos aiatolás. “A linguagem revolucionária tornava-se cada vez mais islâmica em seu simbolismo: a juventude pobre começou a atacar cinemas e estabelecimentos comerciais que vendiam bebidas alcoólicas; seu alvo era tudo aquilo que era considerado impuro pelo clero” (ibdem).

A situação era insustentável para o regime do Xá. “O lucro do petróleo se concentrava nas mãos de 45 famílias do regime do governo o qual abocanhavam cerca de 85% da renda nacional” (COGGIOLA, 2008, p.67) gerando maior indignação e desigualdade social para a população iraniana. “As massas urbanas questionavam a legitimidade e a ordem social do governo Pahlavi” (GOMES, 2007, p.67).

Khomeini chega ao poder para se tornar Líder da República Iraniana em 1979, segundo Kepel (2003), através de uma resistência civil com uma rede de comitês centrados nas mesquitas. Para Khomeini o prioritário para seu governo seria a oposição as idéias ocidentais. “A ‘ocidentoxicação’ era o maior perigo para o Irã.” (GOMES, 2007, p.69).

Construindo uma releitura islâmica da democracia e da modernidade ocidental, os discursos de Khomeini ao mesmo tempo em que rejeitam a identidade entre modernidade e ocidentalização, tentam construir uma releitura da modernidade compatível com a leitura xiita do Islã. Com um vigoroso programa político, Khomeini conclama toda a população a um envolvimento orgânico com sua teologia política, conclamando a luta contra o imperialismo. (*ibidem*, p. 77)

Segundo Gomes a revolução iraniana adicionou ao modelo tradicional de revolução o revivalismo religioso como um ativo capaz de transformar as massas insatisfeitas em massas revolucionárias. O Irã de 1979 é uma clara comprovação empírica de que podem coexistir, sob uma mesma proposta revolucionária discurso supostamente adversos como o poder político e religioso (2007, p. 87). O que observamos é que a revolução iraniana expõe ou ressuscita um novo caráter ativista religioso e revolucionário, através de suas perspectivas e pressupostos fundamentalistas. “A busca pela fé como utopicamente pura do sétimo século de nossa era aguçava a busca por um governo capaz de engendrar o Corão para purificar os costumes de uma sociedade incapaz de encontrar a redenção por si mesma” (*ibidem*, p.88).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Iraniana é um marco para o estudo não só das Relações Internacionais como das Ciências Sociais. Um momento de grande destaque na história devido ao caráter revolucionário empreendido pela população. É notória a conotação política não só dos líderes religiosos, como dos próprios iranianos gerando uma insatisfação diante um governo tirano e corrupto como o do Xá, que apesar de ter realizado algumas benfeitorias, deixou seu governo marcado por uma instabilidade política, desigualdade social e econômica e um sentimento de desrespeito pela população iraniana.

Contudo podemos observar a Revolução Iraniana como um movimento cultural de libertação ou imposição, dependendo dos pontos de vistas e das conclusões que são feitas da revolução, por parte da sociedade. Retornar e rediscutir um evento ocorrido em média há trinta anos é de suma importância para compreendermos o que ocorre no Sistema Internacional e Regional atual. O século XX nos revela grandes acontecimentos históricos importantes para humanidade através de vários episódios e fatos históricos que determinaram as diretrizes político-econômicas dos dias atuais.

Podemos destacar uma única revolução, contudo com vários vieses; por um lado a revolução cultural do Islã foi determinante para que o mundo islâmico recordasse suas origens, suas identidades e lutassem por suas independências diante das potências ocidentais. Por outro, a Revolução político-social iraniana espelha um movimento emanado da classe média e baixa, principalmente da burguesa ou comerciante, ao qual se encontrava em plena ascensão devido aos altos índices de comércio e urbanização. O movimento derivou de uma sociedade descontente com o espaço político no governo do Xá, ao qual no século XX encontrava-se mal dividida no espaço físico territorial, invadindo as cidades, resultado do processo de industrialização, multiplicando baixos índices sociais; pobreza, fome, miséria e desigualdade social.

A revolução iraniana se caracteriza como um fenômeno importante para as ciências sociais, pois a partir dela identificamos que além da sociedade iraniana ter ido às ruas em pró da revolução por motivos políticos, econômicos e sociais, ela também manifestou a busca por uma história herdada do passado, da reconstrução de uma identidade e uma autonomia social e política sob a ótica xiita, oriunda de séculos e tradições passadas, que escreveram a história da humanidade.

A religião xiita está implícita na identidade do povo. Do nascimento do indivíduo, único e singular até o crescimento do mesmo culminando na integração do coletivo. A religião está nas escolas, nas casas, nas famílias como na política. A sacralização da política é um compromisso entre o homem e a religião. O Islã é uma religião caridosa, patriarcal, como o exercício da política também é. Não é violenta em sua ideologia, como as mídias ocidentais especulam apesar de defender o direito a resposta ao inimigo pela mesmo viés violento ao qual foi insultado. Também é sim utilizada pelas práticas dos homens aos quais se usam a religião para instituir seus dogmas e preceitos. A política não é desvinculada da religião. Ambas são coligadas e co-constitutivas. É a religião que limita os sentimentos e as paixões do homem, geradoras do egoísmo humano.

A Revolução Iraniana é prova de que o indivíduo, a comunidade, a sociedade são agentes transformadores da estrutura. É a comprovação de que quem forma o Estado são as pessoas, possuidoras de idéias, ideologias, identidades e que as decisões que os Estados comungam, são oriundas destes agentes transformadores sociais. Fica a evidência de que ambos, agente quanto à estrutura, não podem desvincular-se, sendo conjuntamente constitutivos.

Outro fator importante foi a percepção da globalização para nosso trabalho. O fenômeno da globalização foi decisivo para a formação da política contrária ao Xá proposta por Khomeini. As transformações que a modernidade proporcionava para a sociedade iraniana devido a abertura econômica, política e cultural do governo do Xá, gerava mais desconforto do que os próprios devaneios políticos belicistas de Reza Khan para Khomeini. Para o Aiatolá, o contacto com a cultura ocidental intoxicava a sociedade iraniana. Para os muçulmanos xiitas, a cultura ocidental é considerada impura.

A população iraniana foi alvo das intensas reformas que a globalização produz nas mais diversas culturas, identidades e sociedades do globo, o que demonstra também a impossibilidade do retorno aos ideais primitivos culturais que os fundamentalistas desejam para a sociedade. As transformações e as mudanças que a revolução tecnológica produziu nas sociedades são inerentes ao desejo do retorno ao primitivo. É lógico que inúmeros locais no globo não estão inseridos no contexto tecnológico, entretanto, é perceptível que ambos já foram detectados e descobertos, o que resulta em questão de tempo para que o grupo social se adeque as inovações tecnológicas.

O trabalho foi realizado com uma proposta de analisar os acontecimentos naquela sociedade com o objetivo de identificar a influência que as variáveis expostas

exerceram, na formação do movimento revolucionário iraniano e em seus desdobramentos sob a ótica da teoria construtivista. Além disso, tentamos contribuir para que a sociedade compreenda melhor a região, em especial o Irã. Até porque, vivemos em um mundo em que o global prevalece e que estamos ligados a uma sociedade em rede como afirma Castells (2006). Por conseguinte, as tensões que surgem na região do Oriente Médio também nos afeta sejam de forma política, econômica ou social.

Preferimos não adentrar na era pós-revolução iraniana de 1979, na implantação da República Islâmica pelo Governo de Khomeini e no que esta revolução acarretou de positivo e negativo para a população iraniana. Sabemos que a Revolução Iraniana também trouxe uma nova força autoritária com uma forte repressão social e identitária ao Irã. Preferiremos comentá-la em um próximo trabalho

A República Islâmica instaurada no Irã logo após a revolução de 1979, governada por Khomeini, quebra a ordem estabelecida no Sistema Internacional naquele período de Guerra-Fria, reproduzindo seus próprios interesses e sua legitimidade, como uma República Islâmica independente. Um país e um povo que relutaram pelos ideais políticos e culturais para destituir não só um governo, mas um modo de vida que divergia de suas tradições identitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Emmanuel, “O construtivismo nas Relações Internacionais”, 1999, Scielo Brasil
- ANDRADE, André Luís Melo de, “Integração na América do Sul: trajetórias distintas da Comunidade Andina de Nações e do Mercado Comum do Sul (1999-2008)”, 2010, Dissertação de mestrado, UFRJ
- BAUMAN, Zygmunt, “Globalização, as conseqüências humanas”, 1999, tradução, Marcus Penchel, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt, “Identidade, entrevista a benedetto Vecchi” 2005, tradução Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar.
- CASTELLS, Manuel, “A sociedade em rede: Economia, Sociedade e Cultura”, 2008 tradução Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt; São Paulo, v. I, Ed. Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel, “Fim de milênio, a era da informação: Economia, Sociedade e Cultura” 2007, tradução Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer; São Paulo, v. III, Ed. Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel, “O poder da identidade”, 2006, tradução Klauss Brandini Gerhardt, São Paulo, Ed. Paz e Terra.
- COGGIOLA, Osvaldo, “A revolução iraniana” 2008, São Paulo, Ed. UNESP
- COGGIOLA, Osvaldo, “Islã Histórico e Islamismo Político” 2011, São Paulo, Ed. Pradense
- GIDDENS, Anthony “Sociologia” 2005; tradução Sandra Regina Netz, Porto Alegre, Ed. Artmed
- GIDDENS, Anthony, “A Constituição da Sociedade” 2003 – São Paulo, Ed. Martins Fontes
- GOMES, Eduardo Teixeira, “A revolução iraniana na perspectiva de Khomeini; representações e paradigmas de um governo islâmico xiita.” (1979-1989); 2007; Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas – PPGHIS, do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, na área de concentração da História Política. Vitória
- GRAU, Larissa “O Fundamentalismo Religioso e a Bomba Inteligente”, 2007 Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de FUMEC, Belo Horizonte.
- HALL, Stuart, “A Identidade Cultural na pós-modernidade”, 2006; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro; 11 ed.; Rio de Janeiro, Ed. DP&A

HUNTINGTON, Samuel P, “O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial”, 1997, Rio de Janeiro, Ed. Objetiva.

KEPEL, Gilles, “Jihad; expansão e declínio do islamismo”, 2003, tradução de Laís Andrade. Rio de Janeiro, Editora Biblioteca do Exército.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar, “Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates”, 2005, Rio de Janeiro, editora Elsevier

PACE, Enzo, “Sociologia do Islã, fenômenos religiosos e lógicas sociais”, 2005, Petrópolis, Ed. Vozes

ROBERTSON, Roland, “Globalização, teoria social e cultura global” 1999, Petrópolis, RJ, Editora Vozes.

SANTOS, Boaventura de Sousa : “La globalización del derecho. Los nuevos caminos de la regulación y la emancipación”, Universidad Nacional de Colombia - facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (ILSA), 1998, 288 pp.

SANTOS, Boaventura de Sousa: “A Globalização é monolítica ou tem aspectos positivos e negativos”, 2008 www.eurozine.com; [HTTP://envolvimentoregionalelocal.blogs.sapo.pt/8221htm](http://envolvimentoregionalelocal.blogs.sapo.pt/8221htm)

SEINTEFUS, Ricardo, “Relações internacionais”, 2004, Barueru-SP, Ed. Manole

TOLOSSA, Natalia Valéria, “A política Européia de segurança e defesa, e a formação da identidade coletiva: O caso do Reino Unido no Governo de Tony Blair”, 2004, Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado, PUC-Rio.

WENDT, Alexander, “Social theory of international politics”, 1999, Cambridge: Cambridge University Press,